

## **Capítulo 2 da tese:**

BESSA, Décio. *Cidadãos e cidadãs em situação de rua: uma análise de discurso crítica da questão social*. 347 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

Capítulo de 39 páginas, as demais são referências, apêndices e anexos.

## Capítulo 2

### Cidadãos e cidadãs em situação de rua

Neste capítulo, apresento um embasamento para uma análise social crítica da problemática das brasileiras e dos brasileiros que têm habitado nas ruas. Trato inicialmente da questão social com destaque para a discussão do que tem sido denominado ‘exclusão social’. Em seguida, focalizo na temática dos cidadãos e das cidadãs em situação de rua, apresentando características observadas em estudos e dados da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Essa ordem das seções altera uma sequência esperada, e isso é intencional. Gostaria de primeiro discutir sobre o problema de uma maneira mais ampla, para depois situá-lo especificamente.

#### 2.1 A questão social

A partir do momento em que alguém decide pesquisar a situação de quem está morando nas ruas, é preciso definir sob qual olhar (ou olhares) esse trabalho será feito. Por mais que seja possível alguém acreditar que essas pessoas estejam nessa condição simplesmente por razões / decisões particulares e que esse não seria um assunto social e sim individual, como fugir da constatação de que essa situação é um problema?

Se o problema é individual, não se tornaria social à medida que ‘incomoda’ outras pessoas? À medida que se ocupam as praças, que a interpelação para pedidos de ajuda tornam-se frequentes, que as ‘paisagens públicas’ são ‘modificadas’, que se ‘cobra’ por serviços que não foram solicitados, que o risco de assaltos e violência fica à espreita?

O conjunto dessas perguntas objetiva apenas destacar duas questões quanto à situação de rua, que ela é um problema e é um problema social. O agrupamento das avaliações negativas apresentadas no parágrafo anterior cumpriu a intenção de demonstrar algumas das perspectivas que existem em relação ao problema social. Porém, não se deve esquecer que ainda é possível de alguma maneira ‘não ver’ o problema, quando ele se incorpora no cenário, quando se torna ‘natural’.

A decisão de pesquisar a situação de rua já obriga a desnaturalização ao problematizá-la. O olhar (ou os olhares) para o desenvolvimento do trabalho vai encontrar possibilidades de relacionar-se a discussões sobre desigualdade social, injustiça, política social, marginalidade, exclusão social, cidadania, crise econômica, democracia, pauperização, política econômica,

questão social. Esta é a opção desta pesquisa, tratar do tema como uma das expressões<sup>1</sup> da ‘questão social’, sem descartar as outras possibilidades analíticas apresentadas.

A ‘questão social’ está relacionada à pobreza, à miséria, à desigualdade, porém, mais do que a simples correlação com esses problemas que estariam em grande parte da história humana e em diversos lugares, a questão social apresenta-se como um confronto de forças entre quem vive em condições precárias, quem contribui (ou é responsável) para que isso aconteça e quem pode / deve intervir para a mudança da situação (o que também implica responsabilidade).<sup>2</sup>

A desigualdade pode acontecer em distintos níveis em um grupo social, inclusive de mínima disparidade. A pobreza e a miséria podem atingir todo um grupo social e podem ser atribuídas à escassez de alimentos ou de determinados recursos materiais ocasionada por fenômenos da natureza ou mesmo como resultado de guerras. No entanto, não é sob essas condições que desigualdade, pobreza e miséria estão sendo tratadas aqui. Neste estudo, a pauperização está relacionada a um grupo em contraposição a outro e os níveis de desigualdade são muito elevados. Assim, percebe-se que ocorre um movimento inversamente proporcional relacionado aos bens sociais, o aumento da riqueza para um grupo gera, como contradição própria, o aumento da miséria para outro. Trata-se da acumulação capitalista.

Situando historicamente, o termo ‘questão social’ começou a ser empregado no século XIX, mais precisamente em 1830. O processo de industrialização crescente, o recrudescimento da pauperização de uma massa trabalhadora e sua reação diante de condições de enorme exploração humana colocaram em voga, na Europa Ocidental, um risco para a ordem política e moral estabelecida – um risco para a ‘coesão social’. Para Robert Castel, (1998), características semelhantes estavam presentes mesmo no momento pré-industrial, entre os séculos XIV e XVIII, tendo ocorrido o acirramento na sociedade capitalista madura.

No palco das transformações sociais que aconteceram como forma de manter o ‘equilíbrio social’ está a regulação estatal ocorrida no século XX denominada ‘Estado de bem-estar social’<sup>3</sup>. No entanto, a partir da década de 1970, as reestruturações no universo da

---

<sup>1</sup> Compreendendo ‘expressão’ como uma manifestação real, concreta.

<sup>2</sup> Na tese, comento sobre a ‘situação de rua’ como um ‘problema social’, que há uma ‘problemática (um conjunto de problemas) social’ que envolve a ‘situação de rua’ e que pobreza e desigualdade estão relacionadas a essa situação. O termo ‘questão social’ não é sinônimo de ‘situação de rua’, de ‘pobreza’, de ‘problema social’, ou de ‘problemática social’ conforme as discussões que estão apresentadas neste mesmo capítulo.

<sup>3</sup> Responsabilização do Estado quanto à garantia de direitos sociais aos cidadãos e cidadãs, assegurando-lhes bem-estar. O Estado exercia um papel preponderante sobre o mercado e o modo de produção capitalista (Adriane T. Dias, 2006). As práticas de controle relacionadas ao trabalho, ao consumo, a tecnologias e fundamentos político-econômicos se estabeleciam com base no modelo fordista-keynesiano (David Harvey, 2001), o qual apresentou seu esgotamento nos anos 1970, gerando uma crise no sistema capitalista (Alejandra Pastorini, 2004).

produção capitalista aliadas ao desenvolvimento do neoliberalismo mudaram as ações do Estado, buscando-se uma autorregulação do mercado e alterando as conjunturas sociais estabelecidas até então (a exemplo do sistema de proteção social que se conseguiu estabelecer por meio do que foi considerado ‘pleno emprego’). Da perspectiva de Castel (1998), esse quadro mostra um deslocamento da questão social que tinha o cerne na pauperização para referir-se principalmente ao desemprego em uma sociedade salarial. O trabalho assalariado é tomado como ponto de vista e uma ‘nova questão social’ é descrita, centrada na desestabilização dos estáveis, na precariedade e na vulnerabilidade de massas.

De maneira semelhante, Pierre Rosanvallon (1998) defende que houve o surgimento de uma nova questão social considerando o aumento da ‘exclusão social’, pois o atual desamparo, as novas formas de pobreza, o desemprego (principalmente o de longa duração)<sup>4</sup>, não apresentam as mesmas características do passado.

Pastorini (2004), no entanto, argumenta que não há uma ‘nova questão social’, porque mesmo em diferentes estágios do capitalismo o cerne da questão social persiste. Como? Primeiro, na relação de exploração (capital/trabalho)<sup>5</sup>; segundo, com a ameaça à ‘coesão social’ por meio de problemas que fazem com que grupos sociais questionem a ‘ordem’ estabelecida; terceiro, como expressão das desigualdades das sociedades capitalistas em suas contradições próprias. Edlene P. Santos (2005, p. 239) partilha dessa perspectiva ao afirmar que a chamada ‘nova questão social’, “na verdade, são novas formas de expressão de um problema cuja essência permanece inalterada”.

Para se pensar na questão social no Brasil, é preciso ter clareza de que as descrições e análises apresentadas por Castel (1998) e Rosanvallon (1998) focam principalmente a realidade francesa. Em nosso país, não houve um ‘Estado de Bem-Estar Social’ nos moldes da Europa Ocidental e nem se constituiu de maneira efetiva uma ‘sociedade salarial’ de quase pleno emprego. Nesse sentido, a pobreza no campo e nas cidades continua a existir; porém, o que se vê recentemente é o agravamento das situações de miséria provocado pelos processos de mudança no mundo do trabalho, ocasionando uma mescla de velhos e novos problemas sociais.

Com o olhar na realidade brasileira, Sarah Scorel (1999) destaca que a maioria da população não estava vinculada a emprego formal mesmo antes de 1980. Dessa maneira, mais do que o trabalho, a família exerce papel central na proteção dos indivíduos e em sua vinculação à sociedade. Nesse viés, a autora desenvolve seus estudos tratando de um dos

---

<sup>4</sup> Ele também destaca a fragilização da condição salarial e da própria condição do/a trabalhador/a.

<sup>5</sup> Considerando também o ‘não trabalho’ como parte dessa relação.

grupos que expressa a intensidade dos problemas elencados, a população em situação de rua, que seria resultado de um processo de ‘exclusão social’. É sobre essa ‘exclusão social’ que vou discutir na seção seguinte.

### 2.1.1 Exclusão social?

Logo após acordarmos temos um momento para o café da manhã. Saímos às ruas e vemos estampada, em nossa frente, a exclusão social. Mesmo se não enxergarmos pessoas excluídas pelo caminho, veremos a exclusão social na banca de revista ou em alguma TV.

Habitantes de outros países fazem ‘desjejum’, ou uma ‘pequena refeição’, ou uma ‘pausa rápida’ para se alimentar nos primeiros momentos do dia. No Brasil, tomamos café. Não importa se eu não tomo café e sim um copo de leite ou suco – digo que tomei café. Em outros países também se toma o café pela manhã, mas não dizem como nós. Naturalmente, melhor dizendo: naturalizadamente, o café está em nosso cotidiano.

‘Os excluídos’<sup>6</sup> e a ‘exclusão social’ também estão em nosso dia-a-dia, seja pelo ouvir, falar ou olhar (para algumas pessoas, pelo viver). Quando esses termos não aparecem diretamente, ganham vida por meio do pressuposto do seu tão falado antônimo: a ‘inclusão social’.

Não irei desenvolver uma reflexão sobre o café, meu objetivo nesse instante é ter um mote para pensar no uso da linguagem e seus efeitos. Como incorporamos (‘incorporaramos’ / inculcaram-nos) o café dessa maneira e que implicações isso tem? Essa indagação simplesmente abre caminho para outras:

- Por que são excluídos?
- São excluídos por quem?
- Que espaços geográficos circunscrevem a existência deles?
- Existem?
- São excluídos de quê?

Alguns instantes e as respostas surgem sem muitas dificuldades. Mesmo que haja variações, as respostas terão algumas semelhanças e correlações. Então, que sejam feitas novas perguntas:

- O que é exclusão?
- O que é social?
- O que é exclusão social?

---

<sup>6</sup> Vou utilizar, os termos ‘excluídos’ e ‘excluído’, no masculino genérico, pois quero discutir sobre a forma recorrente que é utilizada para ‘marcar’ nas pessoas a ‘exclusão social’.

Se ‘social’ é concernente à ‘sociedade’, a uma sociedade formada por seres humanos, ao conjunto de cidadãos e cidadãs de um país<sup>7</sup>, como alguém pode ser ‘excluído da sociedade’? Como pode existir ‘exclusão social’? Como é possível dizer que se está ‘fora’, se na verdade está ‘dentro’?

A única resposta plausível para o fato de um indivíduo deixar de ser humano, deixar de estar em uma sociedade, é sua morte. Em parte, essa seria uma exclusão social natural. Em parte, poderia ser uma exclusão social provocada diretamente: extermínio; ou indiretamente, falta de assistência médica de urgência ou mesmo falta de alimentação regular. Não obstante, ‘vemos os excluídos’, e eles não estão, principalmente, em caixões funerais.

Que contra-senso naturalizado nos permite entender que um indivíduo está excluído da sociedade e continua a viver e participar dela? A discussão, nesse instante, não se refere à maneira ou à condição de participação na sociedade, muito menos às limitações econômicas, educacionais ou ainda a rompimentos de laços familiares que porventura esteja vivendo qualquer membro da sociedade, no nosso caso, mais especificamente, qualquer cidadão brasileiro ou cidadã brasileira<sup>8</sup>. Uma expressão que deveria incomodar as pessoas, pois se apresenta como uma forte marca de injustiça, torna-se usual, naturalizada e com o enrijecimento de desigualdades sociais provoca uma nefasta aparência de situação real, fixa: seres humanos ‘excluídos’ da sociedade na qual estão situados. O que vemos então? Alguém olha determinada situação, os sujeitos envolvidos, e simplesmente diz ‘esses são os excluídos’, ou ainda, ‘esse é um retrato da exclusão social no Brasil’. Categoricamente se diz, mostrando-se assim, no plano linguístico-discursivo, a existência de uma prática social que é contraditória em sua própria definição.

Outro lado dessa reflexão pode ser pensado deixando-se o ponto de vista de quem observa para pensar a perspectiva de quem vive a situação. Como é para um indivíduo afirmar sobre si e para si que ele é um excluído? Qual a construção identitária de um ser humano nessa condição?<sup>9</sup>

O ato de pensar sobre esses usos da linguagem no cotidiano, suas controvérsias e suas implicações, mostra-nos a importância das nomeações – algo que está correlato e vai além da ação de constatar problemas sociais. Nesse momento, as ponderações devem dar um passo a

---

<sup>7</sup> Dentro de um sistema político intitulado democrático como o nosso.

<sup>8</sup> O *status* de ser humano é superior ao *status* de cidadã/o brasileira/o. Nesse sentido, as reflexões sobre exclusão social também se referem a indivíduos que estejam no Brasil e sejam oriundos de outros países. A própria Constituição, no artigo 5º, garante a igualdade perante a lei a pessoas brasileiras e estrangeiras residentes no país.

<sup>9</sup> Pude debater essa questão ao apresentar um trabalho sobre a autorrepresentação dessas pessoas (Bessa, 2008b).

mais e partirem para o construto teórico daquilo que se tornou de uso corrente e não reflexivo: vale agora pensar em ‘exclusão social’ enquanto conceito.

Luciano Oliveira destacou, em 1997, que o conceito de ‘excluídos’ estava ganhando uma grande visibilidade no Brasil naquela década, embora as discussões sobre ‘sistema excludente’ e o próprio termo ‘exclusão social’ já tivessem aparecido na literatura científica brasileira nas duas décadas anteriores. Oliveira registra que o problema também faz parte da realidade de outros países, inclusive os ricos, exemplificando com a França, onde o termo estava registrado em 1976, na obra de Marie-Catherine Ribeaud. O desenvolvimento no pós-guerra teria gerado abundância sem desprender muitos da pobreza; o que seria considerado como um resíduo ou conjuntura começou a indicar seu caráter estrutural, grandemente marcado pelo desemprego.

Algumas questões importantes são levantadas por Oliveira (1997) em relação ao conceito de exclusão social: chamam de excluídos grupos sociais diferentes que são de diferente origem e natureza e demandam tratamentos diferentes, ocasionando redução da especificidade no uso; o conceito de excluídos deveria ser reservado aos primeiros grupos que foram dessa maneira identificados (pessoas em situação de rua, desempregados/as de periferia e favelas, catadores/as de ‘lixo’); considerando a exclusão do mercado de trabalho de maneira clássica, sempre houve exclusão no Brasil de um modo amplo (embora não abordada aqui, a questão da escravização é um exemplo), o que se pretende é dar um tratamento específico a um problema com configurações contemporâneas; as três características centrais seriam a não filiação ao trabalho formal, à economia e à sociabilidade dentro de ‘padrões normais’ (citando Elimar Nascimento, 1994, Oliveira destaca expressões relativas aos dois últimos itens: ‘desnecessários economicamente’ e ‘passíveis de serem eliminados’).

A discussão central de Oliveira (1997), no entanto, é questionar a ‘existência dos excluídos’. A argumentação dele difere da que apresentei no início desse tópico e que retomarei adiante. Oliveira procura clarificar o ‘ponto de vista’ que dá existência à ‘exclusão social’ e busca sustentação teórico-sociológica para tanto. Em síntese, os ‘excluídos’ não existem dentro de uma perspectiva crítica antidualista da sociedade, a qual não reconhece uma separação entre as pessoas como ‘excluídas’ e ‘incluídas’. Seguindo uma interpretação de cunho marxiano, independente da posição que ocupam no sistema macroeconômico capitalista, todas as pessoas fariam parte da estrutura (que gera a pobreza em contrapartida ao processo de acumulação) e teriam serventia nesse sistema (um exemplo é a exploração de profissionais da reciclagem – pessoas que trabalham com catação de materiais recicláveis – por atravessadores/as, para a indústria). Seria necessário, então, um ponto de vista ‘valorativo’

em relação a um modo de viver do ser humano. Essa perspectiva pode ser encontrada nas reflexões arendtianas, nas análises das especificidades que ocorrem nos eventos humanos, a exemplo dos estudos sobre a exclusão de judeus/judias produzida no regime nazista<sup>10</sup>. A extrema pobreza cria problemas na esfera da humanidade; a atuação de muitos/as ‘guardadores/as de carro’ (a ‘imposição’ desse serviço) e a própria existência de seres humanos que vivem de maneira muito diferente da ‘normalidade’ social gera em muitas pessoas a hostilidade; gera, por vezes, o extermínio – a exclusão. Esse complexo processo de ‘desumanização’ precisaria ser considerado em sua especificidade e não apenas dentro de uma conjuntura global de acumulação. Oliveira encerra sua discussão apresentando dois vieses correlatos: quanto à gênese do problema social, a visão macroeconômica antidualista deve ser considerada (quem vive em estado de miséria não é responsável pela miséria); quanto às consequências do problema social, uma visão dualista, com princípios de reflexão ética e política, apresenta maior relevância, pois dentro de uma perspectiva valorativa humana é necessário ‘incluir’ os ‘excluídos’.

Escorel (1999) também chama a atenção para a utilização que já era feita dos termos ‘exclusão’ e ‘excludente’ nos trabalhos sobre desigualdade e pobreza, porém, segundo a pesquisadora, a categoria ‘exclusão social’ passou a ser utilizada a partir da década de 1990 com foco em ‘novas’ expressões da questão social, como o aumento da violência urbana e do número de pessoas que estavam morando nas ruas. A autora argumenta a favor da categoria ‘exclusão social’ e procura responder às críticas quanto à utilização do termo. Ela defende que há exclusão em uma perspectiva de mercado, e não apenas o que seria uma ‘marginalização máxima’, exemplificando que, se um indivíduo chegar ao ponto de dependência total para comer, morre, se passar muita fome (seria, então, um processo de exclusão podendo chegar até à morte biológica). Em uma perspectiva de sociedade democrática, não seria possível ser totalmente excluído, contudo, a noção de exclusão social teria um papel importante em uma realidade fortemente desigual e identificaria uma ‘patologia’ no sistema democrático. Essas percepções e os estudos sobre a exclusão social, segundo Escorel, poderiam contribuir para o destaque da questão social e seu debate na esfera pública com o objetivo da promoção de igualdade e justiça.

Há uma heterogeneidade de definições, teses e pressupostos em torno da noção de ‘exclusão social’, é o que observa Giuliana F. Leal (2008), demarcando um amplo campo de utilização do termo como em diversos livros, na mídia, em textos governamentais e de

---

<sup>10</sup> Registrados na obra *As origens do totalitarismo* (Arendt, 1990).



organizações não governamentais. A autora realiza um mapeamento e agrupamento de enfoques relacionados à exclusão social no Brasil. Em uma primeira análise, ela identifica a utilização do termo em estudos científicos que não utilizam uma noção de ‘exclusão social’ com precisão ou especificidade. Em um segundo momento, Leal (2008) separa, com fins analíticos, três agrupamentos que se unem por similitude nas definições em suas abordagens distintas, deixando claro que isso não esgota as definições possíveis. O Quadro 3 é uma síntese que procura identificar os grupos de trabalhos, suas autoras e seus autores<sup>11</sup>.

Definições de exclusão social	Conceito privilegiado na perspectiva adotada	Autoras e autores
Fragilização e ruptura de laços sociais	Integração social	Teresa Bracho (2001) Escorel (1999) Nascimento (1994) Oliveira (1997) Maria C. Oliveira e Luzia G. Pinto (2001) Mariangela B. Wanderley (2001)
Alijamento de direitos ou não cidadania	Cidadania	Dalberto Adulis e Rosa M. Fischer (1998) Patrícia H. M. Arzabe (2001) Lídio de Souza (2004) Aldaíza Sposati <i>et al.</i> (2003) Marcio Pochmann e Ricardo Amorim (2003) Pochmann <i>et al.</i> (2003) Maura P. B. Vêras (2001) Telma M. Ximenes (1999)
Conjunto de privações e vulnerabilidades	Contradição	Pastorini (2004) Tania S. dos Santos (2001) Bader Sawaia (2001) Pedro Demo (1998, 2003) José de S. Martins (1997, 2002)

QUADRO 3 – *Recortes analíticos da ‘exclusão social’*

A fragilização e ruptura de laços sociais, segundo Leal (2008), é bem desenvolvida por Escorel (1999), que empreendeu uma investigação sobre a situação de rua, entrevistou pessoas que estavam vivendo nessas condições e pesquisou entidades que prestavam algum tipo de assistência a elas; juntamente a essas atividades, realizou análises teóricas e empíricas sobre a exclusão social. Trabalhos de Hannah Arendt e Castel são utilizados como referências principais para a abordagem de Escorel, que tratou da exclusão social como resultado da integração de “processos de vulnerabilidade, fragilização, precariedade e ruptura dos vínculos

<sup>11</sup> Quadro semelhante consta em Leal (2008, p. 232); acrescentei, no Quadro 1, outros autores também citados por ela em outras partes de seu trabalho.

sociais em cinco dimensões: econômico-ocupacional, sociofamiliar, da cidadania, das representações sociais e da vida humana” (Escorel, 1999, p. 17). Em síntese, as dimensões apontadas pela autora (1999, p. 75 – 80) podem ser assim apresentadas:

- ◆ econômico-ocupacional – o mundo do trabalho – relaciona-se à diminuição dos postos de trabalho (com destaque para os jovens), a empregos de tempo parcial ou de duração limitada, a instabilidade e a irregularidade ocupacional, o desemprego recorrente e duradouro, às dificuldades de inserção de mão-de-obra ‘não qualificada’ e os rendimentos decrescentes das ‘ocupações pauperizadas’. Essas condições do chamado ‘desemprego estrutural’ estariam gerando uma massa de pessoas ‘economicamente desnecessárias e supérfluas’, ‘inúteis e incômodas’.
- ◆ sociofamiliar – refere-se à fragilização nas relações na família, na vizinhança, na comunidade, conduzindo ao isolamento e à solidão. Percursos de distanciamento dos valores e das relações que estruturam o cotidiano, além de dificuldades de conseguir apoio frente a fragilidades econômicas; como é o caso do Brasil, onde a família se manteve como principal suporte das relações sociais (unidade de pertencimento).
- ◆ política – cidadania – diz respeito à precariedade no acesso e no exercício de direitos formalmente constituídos e de ‘incapacidade de se fazer representar na esfera pública’, um âmbito de ‘não cidadania’. A articulação da pobreza com a ‘não cidadania’ é um ponto central na caracterização da exclusão social (mas situações de desvinculação no âmbito da cidadania podem vir a reforçar os vínculos sociofamiliares).
- ◆ representações sociais – é o âmbito que possibilita entender a exclusão social para além dos elementos de sua produção (vínculos econômicos) e de sua consolidação (vínculos sociais e políticos) nos elementos que a tornam natural (vínculos culturais e éticos). É no terreno dos hábitos e costumes, no cotidiano social, nas interações, no âmbito cultural, no eixo de troca de valores simbólicos, que a exclusão se manifesta de maneira mais radical, criando ‘dois mundos’.
- ◆ vida humana - a exclusão social pode atingir o limite da vida humana; à medida que os grupos sociais excluídos centram sua preocupação em manter seu metabolismo em funcionamento, manter-se vivos, são expulsos da ideia de humanidade e, por vezes, da própria ideia de vida.

O alijamento de direitos ou não cidadania, conforme o recorte de Leal (2008), direciona o ponto de vista da exclusão social para a ‘exclusão de direitos humanos e sociais considerados básicos e universais’<sup>12</sup>; ao ‘alijamento dos frutos da riqueza numa sociedade e do desenvolvimento econômico’; bem como a desigualdade entre grupos para o exercício de direitos fundamentais para liberdade, participação política e comunitária<sup>13</sup>; o ‘sequestro de cidadania’<sup>14</sup>; o ‘não acesso aos mínimos sociais de cidadania’<sup>15</sup>.

O terceiro agrupamento apresentado por Leal (2008) apresenta a exclusão social como um conjunto de privações e vulnerabilidades relacionadas à contradição (de constituição histórica) das sociedades capitalistas, com destaque para a brasileira. Nessa perspectiva, destaca-se a relação com a pauperização; a desigualdade; a desestabilização de trabalhadores e de trabalhadoras outrora estáveis; a exclusão de participação política efetiva; a fragilidade ou ausência de proteção social; sendo uma forma de inserção / inclusão no circuito onde as atividades econômicas são reproduzidas (Pastorini, 2004; Santos, 2003; Sawaia, 2001; Demo, 1998, 2003; Martins, 1997, 2002).

Dentro desse último agrupamento, os trabalhos de Demo (1998, 2003) e Martins (1997, 2002) são destacados por Leal (2008) pelo fato de criticarem a noção de exclusão social e de trazerem nova contribuição sobre o tema<sup>16</sup>. Demo (1998) relaciona a exclusão à pobreza, chamando atenção para exterioridade e interioridade desta; as carências materiais (na dimensão da desigualdade) seriam o resultado histórico-processual da exclusão de caráter político – a ‘pobreza política’ – que dificulta a autonomia de determinadas pessoas. Entre as críticas à exclusão, ele discorda ‘da novidade’ para a realidade brasileira, por exemplo, dizendo que o ‘novo’ aqui é não ser possível manter a pobreza apenas na periferia, e também questiona como é possível ser ‘excluído’, ‘estar fora’, e mesmo assim ameaçar a ordem social. Dessa maneira, Demo (1998) fala em inclusão nas margens e argumenta que essa forma de existência serve à dinâmica capitalista, os indivíduos não são ‘irrelevantes’ ao sistema. Outro enfoque de questionamento é direcionado à exacerbação que é feita das vulnerabilidades das pessoas empobrecidas, pois isso retira a relevância dos aspectos políticos da pobreza.

Martins (1997) sugere que a sociedade capitalista exclui para incluir (quem trabalhava junto a seu próprio meio de produção passou a ter um vínculo salarial; a exclusão do campo

<sup>12</sup> Adulis e Fischer (1998).

<sup>13</sup> Arzabe (2001); Vêras (2001) traz considerações semelhantes.

<sup>14</sup> Souza (1994).

<sup>15</sup> Sposati *et al* (2003); Pochmann *et al* (2003) apresentam definições similares.

<sup>16</sup> Apesar disso, Leal observa que esses autores não apenas fazem referência ao termo ‘exclusão social’, mas também o utilizam. Para a autora (2008, p. 13): “A adoção do conceito que se critica pode ser, para os autores que assim procedem, um “mal necessário” para discutir uma temática importante engessada dentro de uma noção que não está à altura dela, ou pode ser uma armadilha, na medida em que acaba por legitimar a noção”.

tornou-se a inclusão na fábrica) com o objetivo de atender seus interesses. Atualmente, o problema seria o longo movimento transitório para a inclusão, ou para uma inclusão com enorme precariedade ou mesmo a não realização da mesma. Como exemplo, de maneira dramática, a prostituição infantil representaria uma inclusão econômica em uma sociedade que é excludente na perspectiva social, moral e política. O rótulo ‘exclusão’ é criticado por Martins (1997, 2002) por representar, em algumas utilizações, a razão do conjunto de problemas sociais; um movimento que empurra para fora; um estado irremediável, como se a dinâmica social não gerasse possibilidades transformativas, além de desconsiderar que, como uma expressão da contradição da sociedade capitalista, a exclusão social empurra as pessoas nessa condição para uma inclusão subalterna que reproduz mecanicamente o sistema econômico. Sendo assim, ele fala em ‘processos excludentes’, critica a relacionada visão dualista (excluídos / incluídos) e também o suposto padrão de referência de integração que se toma para poder determinar a exclusão.

Leal (2008, p. 16), como aproximação das diferentes definições de exclusão social, registra: “trata-se de impedimentos a níveis aceitáveis de participação na sociedade (...), pela ausência de trabalho estável, pela impossibilidade de acesso a bens materiais e simbólicos, aos serviços, a estatutos reconhecidos e poderes de intervenção sobre o próprio destino”. O que poderia ser considerado, no século XIX, sobre a pauperização, vai encontrar as especificidades atuais em cada definição, com destaque para a que trata de rupturas de laços sociais, pois trata de mudança, algo que havia e não há mais. Ainda com base nas diferentes definições, Leal (2008, p. 17 – 18) identifica quem seriam, hoje, os ‘excluídos’:

no estágio final, são os pobres sem emprego nem qualquer forma de proteção social (seja garantida pelo Estado, seja dispensada por meio de redes de sociabilidade próxima). A ausência de participação política, o isolamento, o não pertencimento e outros elementos que fazem parte de seu universo são características derivadas dessas primeiras.

Até esse momento, parece clara a identificação das pessoas em situação de rua como ‘excluídos’, ou em outras palavras, a ‘exclusão social’ teria como um de seus principais resultados e exemplos a existência de pessoas em situação de rua tal como se apresenta no Brasil. Essa ‘clara identificação’ e esse ‘enquadre’ precisam ser questionados; alguns aspectos referem-se ao que se ‘diz’ com os modos de dizer<sup>17</sup> a ‘exclusão social’, quais as implicações do ‘dito’ e de suas construções / representações.

A linguagem que expressa a ‘exclusão social’ é fortemente marcada pelos problemas que recebem essa designação. A subjetividade que envolve os textos de quem lida com “os

---

<sup>17</sup> Estou utilizando o termo ‘modos de dizer’ no sentido de ‘formas de expressar’, ‘maneiras de comunicar’.

excluídos” ou com essa temática é muitas vezes percebida nas descrições e análises, pois se observa que a enorme discrepância entre seus ‘universos de inclusão’ e os ‘universos de exclusão’ muitas vezes chocam os indivíduos. Não vejo problema quanto a essa constatação, o problema é quando o ‘olhar’ para outrem e o ‘escrever sobre’ outrem carregam esse impacto de tal forma que a intenção de ‘lançar luz’ pode ofuscar, prejudicando principalmente perspectivas de emancipação e mudança social, as quais estão presentes nos mesmos textos. Nesse sentido, de forma conjugada, destaco um ‘glossário’<sup>18</sup> e uma utilização de afirmações categóricas que excluem ao tratar da ‘exclusão social’.

Sem pretender exaurir os termos e os modos de dizer, apresento alguns exemplos. Início com uma parte de uma citação que foi apresentada em parágrafos anteriores: Leal (2008, p. 16), ao registrar uma definição-síntese da ‘exclusão social’, fala da “impossibilidade de acesso a bens materiais e simbólicos, aos serviços, a estatutos reconhecidos e poderes de intervenção sobre o próprio destino”. Não se fala em dificuldade ou extrema dificuldade “de acesso a...” ou em limitações ou grandes limitações para o “acesso a...”; fala-se em “impossibilidade”, uma afirmação categórica que transforma o possível<sup>19</sup> em impossível, por meio da linguagem.

Quanto ao ‘glossário excludente’ que permeia a ‘exclusão social’, elenco uma relação de termos:

- ◆ pessoas economicamente desnecessárias;
- ◆ pessoas supérfluas;
- ◆ indivíduos descartáveis;
- ◆ pessoas incômodas;
- ◆ indivíduos inúteis para o mundo;
- ◆ pessoas incapazes (de se fazer representar na esfera pública);
- ◆ pessoas sem laços sociais (ruptura / quebra ‘dos’ laços sociais<sup>20</sup>);
- ◆ indivíduos em descensão social<sup>21</sup>;
- ◆ pessoas sem sentido auto-atribuído à vida;
- ◆ excluídos.

<sup>18</sup> Como um ‘conjunto de termos’ relacionado à ‘exclusão social’.

<sup>19</sup> Apesar das forças limitadoras já observadas.

<sup>20</sup> Ruptura ou quebra ‘de’ laços sociais difere de ruptura ou quebra ‘dos’ laços sociais (nesse caso, ‘de’ representa uma determinada quantidade, enquanto ‘dos’ representa uma totalidade). É difícil pensar na possibilidade de um ser social não ter laços com outros, independentemente da efemeridade desses laços.

<sup>21</sup> Pessoas que estariam em ‘declínio’ na sociedade. O vocábulo ‘descensão’ em relação de antonímia com ‘ascensão’ acaba atribuindo valor diante do corpo social – o negativo e o positivo. Essa forma de ver a sociedade acompanha as discriminações presentes nas distinções entre ‘classe alta’ e ‘classe baixa’; ‘classe A’ e ‘classes D e E’; ‘primeiro mundo’ e ‘terceiro mundo’.

As diversas formas que depreciam e desqualificam o ser humano que está vivendo essa grave problemática social podem até colaborar para a transformação social, mas podem, por outro lado, contribuir com a estigmatização das pessoas e com o fortalecimento do ponto de vista da ‘impossibilidade’, que nesse caso está paralelo à um processo de naturalização.

Observe, ainda, o que diz Escorel (1999, p.81):

A exclusão social se caracteriza não só pela extrema privação material mas, principalmente, porque essa mesma privação material ‘desqualifica’ seu portador, no sentido de que lhe retira a qualidade de cidadão, de brasileiro (nacional), de sujeito e de ser humano, de portador de desejos, vontades e interesses legítimos que o identificam e diferenciam. A exclusão social significa, então, o não encontrar nenhum lugar social, o não pertencimento a nenhum *topos* social, uma existência limitada à sobrevivência singular e diária.

O propósito de Escorel em seu livro (1999, p. 21) é possivelmente de contribuir com as análises da “realidade social brasileira contemporânea” com uma finalidade de mudança. Isso é percebido por Maria Cecília S. Minayo (1999, p. 13) que prefaciou o livro e comentou que a autora apresenta a “necessidade de transformação social”. Não obstante, a caracterização / significação da exclusão social apresentada por Escorel (p. 81) é categórica quando a autora sugere que a privação material “retira” até mesmo elementos constitutivos do ser humano e ainda assevera a inexistência de um “lugar social” para ele. Ora, além da própria incoerência / imprecisão do termo ‘exclusão social’, muitos de seus significados e caracterizações se mostram também atravessados por incoerências / imprecisões. Observe um dos resultados disso na orelha do livro de Escorel (1999), escrita por Barbara Freitag:

Despojados de sua cidadania, os “excluídos” ocupam o espaço público das ruas, somente para a manutenção da vida, restringidos ao processo biológico da sobrevivência (*labor*). Na medida em que também são excluídos do mundo do trabalho, da produção e do consumo (*work*), falta-lhes a alavanca que os poderia reinserir no mundo das relações sociais e políticas, condição necessária para a prática da cidadania (*action*). Tendo perdido ou jamais alcançado a condição humana de *zoon politicon* ou *homo faber* permanecem reduzidos à condição de *homo biologicus*, não se distinguindo muito de outros mamíferos.

Mesmo tendo situado teoricamente a questão com conceitos de Arendt: *labor*, *work* e *action*, e na sequência do texto ter vislumbrado o potencial do livro para colaborar na solução dos problemas da exclusão social, Freitag faz uma descrição negativa, fechada e generalizada da vida das pessoas que estão em situação de precariedade material (no caso, referia-se especificamente a ‘moradores de rua’). Uma descrição excludente influenciada pela própria ‘exclusão social’.

Castel (1998, p. 568) diz que “Exclusão não é uma ausência de relação social (...). Não há ninguém fora da sociedade (...)”. Em outras palavras, ‘exclusão social’ não é exclusão social. O problema é quando a ‘exclusão social’ parece torna-se exclusão social via linguagem e pode contribuir com práticas sociais que se relacionem às novas expressões da questão social. No Brasil, um desses riscos é retirar o *status* da cidadania dos indivíduos identificados de forma incoerente como ‘excluídos’.

Cidadãos e cidadãs são seres humanos<sup>22</sup> membros de um Estado e possuem direitos (sujeitos de direito) civis, políticos e sociais. O não cumprimento desses direitos implica falha do Estado e do corpo social como um todo. Não cabe penalizar a quem não teve o direito assegurado (garantido, atendido) tirando daquela pessoa o ‘direito a ter direitos’, tornando-a uma ‘não cidadã’.

Evidentemente, a cidadania não é apenas uma inscrição jurídica e sua plenitude é processual, considerando que a demanda por novos direitos flui nas transformações da sociedade. Se entendermos que a busca da justiça social deve ser constante, a desigualdade social é um obstáculo que deve ser permanentemente atacado.

Registro, a seguir, um excerto relativamente extenso de considerações de Sposati (1998<sup>23</sup>, p. 1), com o objetivo de comentar questões centrais para a reflexão sobre cidadania e exclusão social:

A sociedade economicamente afluyente do pós-guerra, associada à construção no Primeiro Mundo do modelo de Estado Social conhecido como de Bem-Estar Social, concretizou a noção da **universalidade da condição de cidadania**, ainda que individual e regulada do ponto de vista das regras de acesso determinadas pelo Estado. Esta noção constituiu a alternativa capitalista da inclusão social, enquanto possibilidade virtual de igualdade social.

Esta sociedade concretizou também a possibilidade histórica da **constituição da responsabilidade social do Estado** para com necessidades de reprodução social antes entendidas como de responsabilidade individual. Note-se que ambas noções não significam a plena redistribuição da riqueza social construída pela sociedade, mas a possibilidade da aquisição de um nível cidadão de acessos sociais.

Pode-se afirmar que esta foi a grande contribuição da social-democracia no primeiro mundo, que se estendeu como expectativa para os países do terceiro mundo. Foi em nome dela que os movimentos sociais construíram a legitimidade de luta para que suas demandas fossem incluídas nas respostas estatais no terceiro mundo. (grifo do original)

<sup>22</sup> A redundância e obviedade são intencionais, pois como temos visto, de maneira implícita ou explícita, por vezes a ‘cidadania’ e a ‘humanidade’ lhes são negadas.

<sup>23</sup> Exposição intitulada ‘Exclusão social abaixo da linha do Equador’, apresentada no Seminário ‘Exclusão Social’, em São Paulo, em 1998. Disponível em <<http://www.dpi.inpe.br/geopro/exclusao/exclusao.pdf>>. Acesso em 10 jun. 2009.

Logo em seguida, a autora discorre sobre a condição excludente do sistema capitalista e vê no avanço da regulação neoliberal uma marca da perda da responsabilidade pública conquistada anteriormente<sup>24</sup>, gerando um confronto com os direitos sociais e a cidadania<sup>25</sup>. Nessas condições, Sposati (1998, p. 3) é categórica “**A exclusão é a negação da cidadania.**” (grifo do original).

É preciso salientar dois aspectos relacionados ao que Sposati (1998) apresenta. O primeiro é quanto à “possibilidade virtual de igualdade social” e a “possibilidade da aquisição de um nível cidadão de acessos sociais”. Ambas as ‘possibilidades’ não foram concretizadas nem abandonadas por completo. O que ocorre atualmente é que a ‘virtualidade do possível’ sofre um esmaecimento quando confrontada com uma realidade que dificulta muitos acessos sociais. Dizer que esse processo nega a cidadania pode ter implicações não apenas ‘virtuais’, mas principalmente reais em aspectos físicos e simbólicos. Um exemplo é um possível ato da polícia militar de ‘expulsar’ pessoas que estejam dormindo em praças públicas, não as respeitando como cidadãs, não respeitando o direito de ir e vir e permanecer em locais públicos (ver na Seção 4.1 esse desejo de ‘expulsão’ registrado na revista *Veja*).

Negar a cidadania cria mais uma dificuldade, considerando-se que o problema está em não se ver garantido o que se espera em uma sociedade que institui a cidadania como um de seus princípios. O segundo aspecto relaciona-se a isso e à perspectiva que proponho nesta pesquisa, tratar as pessoas em situação de rua como cidadãos e cidadãs em situação de rua. Conforme apresentado por Leal (2008), pode-se separar analiticamente três abordagens de trabalho com a exclusão social no Brasil, uma delas reflete especificamente sobre a ‘não cidadania’, porém, chama a atenção o fato de que as outras duas abordagens vão apresentando direta ou indiretamente essa mesma compreensão. Nesse sentido, tratar a problemática social como ‘exclusão social’ termina por colaborar de uma maneira indesejada, talvez despercebida, com mais um estigma para as pessoas que estão nessa situação: o sinal, a marca da não cidadania.

O texto de Sposati (1998) carrega a intenção de mudança social, de mobilização para que a ‘inclusão social’ atinja níveis que respeitem a condição humana e a própria autora diz que é preciso transformar a “filantropia de benemerência na filantropia de cidadania baseada nos direitos sociais ou na dignidade cidadã” (p. 9), ou seja, o propósito em dizer que “a exclusão social é a negação da cidadania” não é o de negar a cidadania das pessoas; nisso está o conflito entre o que foi dito e sua possibilidade de interpretação.

<sup>24</sup> Conquistada nos países do ‘primeiro mundo’.

<sup>25</sup> Além de não atender devidamente o direito à diferença – a igualdade com equidade, nas palavras da autora.



Tratar do tema cidadania implica retornar ao clássico trabalho de Thomas H. Marshall (1967), devido a sua importância e influência exercida até os dias atuais (mesmo com seus limites). Discussões sobre ‘exclusão social’ fazem referências a ele e podem ser encontradas em textos brasileiros, por exemplo, no período de 1994 a 2008 (nessas datas específicas, veja Nascimento e Leal respectivamente). A construção da cidadania na Inglaterra é o foco com base no qual o autor estabelece um conceito de cidadania moderna baseado em um sistema de direitos que se compõe com três elementos:

Elemento civil: composto de direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, direito à propriedade, direito de concluir contratos válidos e direito à justiça (direito de defender e afirmar todos os direitos em termos de igualdade com os outros e pelo devido encaminhamento processual) –, institucionalizados pelos Tribunais de Justiça.

Elemento político: diz respeito ao direito de participar do exercício do poder político como membro de um organismo investido da autoridade política ou como eleitor dos membros de tal organismo, mediante o Parlamento e os Conselhos dos governos locais.

Elemento social: intimamente relacionado ao agravamento da questão social, refere-se “a tudo que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social, e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade” (Marshall, 1967, p. 63). Apresenta como Instituições correspondentes o sistema educacional e os serviços sociais.<sup>26</sup>

Em suas considerações, Marshall (1967) indica que cada um desses elementos foi conquistado em um processo histórico que teria se iniciado com o estabelecimento dos direitos civis, atingindo os direitos políticos e finalmente alcançando os direitos sociais. A forma como essa concepção (que vincula os três elementos e os coloca em uma perspectiva evolutiva) é empregada para analisar outros contextos pode trazer dificuldades para a compreensão da cidadania. Parece-me que isso ocorre em análises brasileiras.

A falta do atendimento de direitos sociais aos ‘excluídos’, por exemplo, estaria impedindo-os de exercer os direitos políticos e também o usufruto dos direitos civis<sup>27</sup>. Qual pode ser o resultado de tal constatação com base na compreensão do que diz Marshall? Os ‘excluídos’ não são cidadãos. Dias (2006, 91), citando José M. Carvalho (2002), apresenta o

<sup>26</sup> A separação dos elementos em parágrafos distintos não faz parte do texto original, tal qual registrado em Dias (2006, p. 82 – 83).

<sup>27</sup> Leal (2008, p. 153) afirma que “os direitos são esvaziados se não existirem as condições objetivas para que se possa usufruir deles” e traz um exemplo de Marshall (1967) no qual a substância da liberdade de expressão é questionada “se, devido à falta de educação, não se tem nada a dizer ou se não há meio de se fazer ouvir”. Primeiro é necessário lembrar que um direito é tão importante quanto à luta para que ele seja assegurado. Faz parte das lutas sociais o intuito de que haja tanto direitos assegurados por leis quanto que eles sejam realizados concretamente. Quanto a esse pensamento de Marshall citado, é preciso saber qual é a concepção de educação da qual ele trata e ainda qual a concepção de ser humano que não teria nada a dizer.

que seria outro problema do nosso país; no Brasil, os primeiros direitos a serem efetivados foram os sociais; os direitos civis e políticos foram consolidados depois, sendo assim, “a cronologia e a lógica sequencial descrita por Marshall foram invertidas”. Sergio Tavolaro (2008, p. 118) sugere o que pode acontecer como essa percepção: “A não correspondência ou mesmo subversão de tal padrão significaria, por conseguinte, evidência inquestionável de imaturidade política e normativa, ou seja, sinal de atraso.” Se é possível pensar a cidadania brasileira desse modo, qual o olhar que é destinado a quem estaria no limite do ‘atraso’ dessa cidadania?

Tavolaro (2008) defende a ampliação do escopo conceitual da sociologia moderna para que ela possa captar as ‘constelações de cidadania’ existentes nas várias formas contextuais de sociabilidade. Nesse sentido, seu trabalho destaca que o próprio Estado de Bem-Estar Social da Inglaterra não atingiu o que deveria, não conseguindo, como um forte exemplo, acabar com a pobreza. Além disso, tomar a sequência de Marshall (direitos: civis / políticos / sociais) como algo a ser generalizado não cabe nem para o próprio contexto da Inglaterra, configurando-se um equívoco a sua aplicação rígida para análises de outros países, ou mesmo dentro de um mesmo país, levando em conta as transformações históricas e suas realizações que não seguem um padrão homogêneo, além disso, existem aspectos territoriais, de gênero, étnico-raciais. Com essas considerações, mostra-se frágil uma visão distorcida da cidadania brasileira ou mesmo a ‘exclusão social’ de brasileiros/as para a ‘não cidadania’.

Para sustentar sua argumentação, Tavolaro (2008) discute a *episteme* que trata do tema cidadania dentro da sociologia e que, como mostra o autor, está fortemente relacionada à concepção de cidadania de Marshall. Tavolaro aborda o que ele denomina ‘imaginário sociológico hegemônico da modernidade’<sup>28</sup>, identificando seus três principais pilares: “*diferenciação / complexificação social; secularização da normatividade; separação entre os âmbitos de ação públicos e os domínios privados*” (grifo do original), sendo assim, sociedades modernas seriam aquelas em que (Tavolaro, 2008, p. 121):

1. Estado, mercado, e sociedade civil necessariamente ocupam esferas plenamente diferenciadas entre si, reguladas exclusivamente por códigos próprios e dinamizadas por lógicas particulares;
2. a normatividade que regula as relações entre indivíduos e deles com o Estado e o mercado é plenamente desencantada e eficientemente salvaguardada da influência de concepções de mundo e sistemas normativos não racionalizados;

<sup>28</sup> Trata-se de uma grade de conceitos e noções consolidada como a maneira mais influente de se lidar com a modernidade. “Algumas das figuras centrais desse “imaginário sociológico da modernidade” são exatamente Karl Marx, Émile Durkheim, Max Weber, Georg Simmel, além de alguns de seus herdeiros mais recentes, tais como Talcott Parsons, Niklas Luhmann e Jurgen Habermas” (Tavolaro, 2008, nota de rodapé 8).

3. e os âmbitos públicos e privados são também plenamente separados, cada um dos quais ordenado por códigos e lógicas particulares, comunicando-se entre si apenas e tão-somente através de canais apropriados que mantêm inalterados os termos e regras de cada um dos domínios.

Há uma variedade de configurações normativas na modernidade (a cidadania tem grande peso na normatividade) e as formas de sociabilidade são múltiplas. Portanto, de acordo com Tavoraro (2008, p. 126), é necessário “abandonar a sequência *direitos civis / direitos políticos / direitos sociais* como referência conceitual para se pensar os processos de institucionalização da normatividade moderna”, e, além disso, é preciso ampliar aquela *episteme* sociológica para que não permaneça ossificada e hierarquizada. O ajuste central, discutido mais amplamente pelo autor, ocorre com a inserção da concepção de ‘padrões variados’ no tripé do ‘imaginário sociológico hegemônico da modernidade’, que, em síntese ficaria da seguinte forma: padrões variados de diferenciação/complexificação social, padrões variados de secularização da normatividade, padrões variados de separação entre os âmbitos de ação públicos e os domínios privados.

Como evidência das transformações históricas de toda e qualquer sociedade moderna, Tavoraro aponta (conforme a Figura 3) diferentes cenários relacionados à cidadania, deixando explícito que estudos históricos mais exaustivos poderiam trazer resultados mais apurados.

DIREITOS SOCIAIS		DIREITOS POLÍTICOS		DIREITOS CIVIS	
+	-	+	-	+	-
Inglaterra Pré-Thatcher	Estados Unidos – Era Reagan	Estados Unidos século XX	URSS	Estados Unidos século XX	URSS
Leste europeu socialista	Inglaterra – Era Thatcher	Brasil pós-1988	Brasil – Era Vargas	Alemanha pós-Segunda Guerra Mundial	Leste europeu socialista
França pós-Segunda Guerra Mundial	Rússia pós-1989	França pós-Segunda Guerra Mundial	Brasil 1964-1985	Brasil pós-1985	Brasil – Era Vargas
Brasil – Era Vargas	Brasil nos anos 1990	Alemanha pós-Segunda Guerra Mundial	Leste europeu socialista		Brasil 1964-1985
Estados Unidos – Era Roosevelt		Inglaterra século XX	Alemanha Nazista	Inglaterra século XX	
Alemanha pós-Segunda Guerra Mundial		Rússia pós-1989	Espanha Franquista	França pós-Segunda Guerra Mundial	

FIGURA 3 – *Cenários variados de cidadania moderna* (Tavoraro, 2008, p. 129)<sup>29</sup>

<sup>29</sup> Embora a discussão dos cenários não seja abordada aqui, entendo que a visualização dos dados da Figura 1 seja relevante.

Diante do que temos visto, assegurar a cidadania para as pessoas que já são cidadãs é necessário. A opção por tratar os cidadãos e cidadãs em situação de rua como ‘sujeitos de direito’ tem fundamento, conforme discussão apresentada. Isso, que pode ser considerado uma obviedade, tem enorme importância para o reconhecimento dos indivíduos e para propostas de transformação, pois já existe uma base legal que os reconhece, sendo momento de buscar a efetivação dos direitos que não estejam sendo garantidos efetivamente.

Compreendo que as pessoas que desenvolvem estudos que têm como identificação a ‘exclusão social’, ou usam esse termo/conceito, também pretendem que tais transformações aconteçam. Porém, mais uma vez, apresento alguns termos que compõem o ‘glossário excludente’ que não apenas permeia a ‘exclusão social’, mas que de certa forma a constitui. Os termos, agora, são especificamente relacionados à cidadania:

- ◆ não cidadão;
- ◆ não cidadania;
- ◆ descidadanização;
- ◆ cidadania excludente;
- ◆ cidadão de segunda categoria;
- ◆ cidadão de segunda classe;
- ◆ cidadão de terceira classe;
- ◆ cidadania inexistente;
- ◆ cidadania confinada;
- ◆ infracidadania;
- ◆ subcidadania .

Certamente os trabalhos e debates sobre a ‘exclusão social’, tanto do ponto de vista teórico quanto de análises práticas, dão visibilidade à problemática social. O que salta aos olhos nas ruas das grandes cidades e grita silenciosamente no cotidiano tem mobilizado agentes sociais, chegando até a esfera governamental. A nomeação da ‘exclusão social’ trabalha em um sentido positivo ao provocar a exigência da ‘inclusão social’. Um exemplo de resultado é a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua que está tramitando em um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) do governo federal.

Cabe registrar que não é o conjunto de problemas que, reunidos, fundamentaria uma condição designada como ‘exclusão social’<sup>30</sup>) que está sendo questionado neste instante. As

---

<sup>30</sup> No contexto brasileiro, Nascimento (1994) fala de uma ‘nova exclusão social’.

indagações estão sendo postas sobre a designação, especificamente. Com base no que apresenta Escorel (1999), concordo que a exclusão mostra-se categórica na morte. Discordo, no entanto, com o argumento que se centra prioritariamente na perspectiva macroeconômica, pois, assim como Oliveira (1997), acredito que até mesmo a aquisição de alimentos para doação por parte de uma instituição assistencial envolve questões econômicas relacionadas a pessoas ‘excluídas’. Ainda é possível pensar no envolvimento com a produção ao lembrarmos-nos de sistemas de lançamento de água em calçadas de prédios residenciais, aqueles que têm o objetivo específico de impedir a permanência de pessoas ‘excluídas’ no local. A crítica antidualista<sup>31</sup> continua sendo pertinente.

Quanto à valoração humana, que, de acordo com Oliveira (1997), permitiria a dualidade ‘exclusão’ *versus* ‘inclusão’ como efeito de um processo, é possível perceber que dar visibilidade a uma ‘forma patológica de integração democrática’ (Escorel, 1999) seria uma maneira de atender a essa perspectiva. Contudo, estou propondo outro olhar para a mesma situação sem perder a perspectiva de dar valor ao *status* humano e muito menos sem deixar de questionar o problema que ocorre dentro de uma realidade que oficialmente tem o *status* da democracia. O intuito é pensar sobre essa conjuntura de uma maneira radical, que envolve o modo como ela é nomeada.

Sem perder de vista a inegável relevância do sistema econômico, precisamos ter em mente o sistema social em primeiro plano<sup>32</sup>. Pensando em sistema democrático, estamos pensando em sistema político. Os processos que geram a extrema pobreza e a vulnerabilidade acontecem em sociedade e, como já foi discutido aqui, os indivíduos que sofrem esses problemas não estão excluídos, fazem parte da sociedade. As pessoas precisam se reconhecer e reconhecer as outras como membros de um mesmo corpo social, independentemente das diferenças e posições dentro da mesma sociedade. Essa questão do ‘eu’ e de ‘outrem’ precisa situar-se na concepção daquilo que é ‘social’, do que seria a ‘sociedade brasileira’, por exemplo. De maneira prática, uma pessoa que está morando nas ruas é membro da sociedade assim como as que não estão, ou seja, não é uma extraterrestre. É preciso entender o problema como um problema social e que precisa ser resolvido. O problema é da pessoa, é meu e é seu

---

<sup>31</sup> Ver o início desta subseção.

<sup>32</sup> Reiteradamente se diz que o sistema capitalista é excludente. Deveria, então, haver outro sistema. Também é possível pensar-se em possibilidades além das que, historicamente, apresentaram grandes problemas, ou ainda buscar corrigi-los na proposta do sistema. O capitalismo subsiste em suas crises e metamorfoses, mas não é absoluto, definitivo ou a única forma econômica viável. Porém, enquanto se mantém o capitalismo, cabe aos seres humanos lutar pela própria humanidade dentro do sistema, em uma luta contínua para que o ‘social’ tenha maior relevância em relação ao ‘econômico’ – ou seja, uma luta contra o que está posto.

– é nosso, acontece em nossa sociedade. É preciso que isso também esteja inscrito na linguagem.

Em uma disparidade, o ordenamento jurídico-político brasileiro trata de cidadãos e cidadãs, a ordem econômica trata de ‘excluídos’ e ‘excluídas’. Dentro do sistema político democrático, que reconhece a igualdade de direitos, que reconhece o direito à cidadania, não se pode considerar cidadãos e cidadãs como pessoas excluídas. O exemplo que associa ‘pessoas excluídas’ à situação do povo judeu no nazismo guarda relações quanto a situações deploráveis vividas por seres humanos, mas não se aplica à realidade de um sistema oficialmente democrático (mesmo que incompleto e problemático). No regime totalitário analisado por Arendt (1990), a condição de sujeito de direitos era retirada do indivíduo judeu, que se tornava ‘apátrida’ e, nesse contexto oficial, passava por um processo de exclusão até a eliminação física.

No Brasil, é preciso garantir os avanços sociais conquistados. Não foi à toa que deixamos um regime de ditadura. Não foi à toa que a Constituição de 1988 foi promulgada e tem recebido emendas para seu aperfeiçoamento. Dar visibilidade ao velho problema da pobreza no Brasil e às novas formas de acirramento das desigualdades é fundamental no processo de transformação social. A intenção de muitas pessoas é justamente essa, quando pesquisam sobre a ‘exclusão social’. Minha preocupação é o efeito negativo da maneira como se identifica o problema.

Apontei, anteriormente, que há resultados positivos. Por outro lado, os resultados negativos parecem muito maiores. Parece que, em vez de assombrar, falar em ‘exclusão social’, ‘excluídos’, ‘excluídas’, tornou-se algo naturalizado. Um dos efeitos perversos parece ser uma espécie de ‘institucionalização da exclusão’. Indivíduos, grupos, organizações governamentais e não governamentais que procuram apoiar, de alguma maneira, pessoas em situações de vulnerabilidade associada, na maioria das vezes, à precariedade financeira, estariam apoiando ‘pessoas excluídas’. As práticas sociais que produzem e sustentam o problema humano em voga, passam a ser representadas como ‘práticas de exclusão social’, estando, dessa maneira, ligadas a uma ‘estrutura social de exclusão’. As práticas sociais que, em tese<sup>33</sup>, estariam buscando modificar a situação seriam ‘práticas sociais de inclusão’ lutando contra a ‘estrutura da exclusão social’ ou minimizando seus efeitos, ou ainda, criando formas de convivência com a ‘realidade dual’.

---

<sup>33</sup> Digo ‘em tese’ porque muitas ações paliativas e assistencialistas acabam fortalecendo e muitas vezes legitimando o que seria uma ‘estrutura de exclusão’.

Um sistema social, influenciado constitutivamente por um sistema econômico, que permite práticas perversas, as quais deixam seres humanos em situações precaríssimas, e ainda as nomeia de ‘exclusão social’, está discursivamente instituindo um nível de distinção humana que não existe<sup>34</sup>, mas que ganha vida / forma / ação por meio de uma realidade construída parcialmente via linguagem dentro de um sistema de crenças que é ao mesmo tempo coletivo e individual.

Conforme apresentado, diversos autores e autoras falam de ‘exclusão social’; alguns apresentam outras nomeações, porém sem descartá-la por completo: Pastorini (2004) fala em ‘nova pobreza’; Martins (1997), em ‘nova desigualdade’; Nascimento (1994), em ‘nova exclusão social’; Castel (1998) e Rosanvallon (1998), em ‘nova questão social’. Diante das revisões da literatura e das discussões realizadas, a abordagem que faço será identificada como ‘novas expressões da questão social’, Englobando, nessa mesma designação, as atuais expressões com as anteriores. A novidade não está apenas no ‘novo atual’, mas no ‘novo’ que se constrói na mesclagem.

Antes de encerrar esta subseção quero destacar que o termo ‘excluídos’ também se refere a mulheres. O que parece óbvio e natural foi mantido até esse momento por estar presente desse modo em trabalhos que tratam da exclusão e que foram citados. Como não vou trabalhar com a ‘exclusão social’, também não vou trabalhar com ‘excluídos’, termo que exclui as ‘mulheres excluídas’ ou as ‘includi’ nas margens do masculino genérico.

## **2.2 Cidadãos e cidadãs em situação de rua**

Para uma compreensão dos aspectos discursivos do problema social que afeta cidadãs e cidadãos em situação de rua, é necessário conhecer outros aspectos das práticas sociais. Nesse trajeto, relacionam-se as possíveis razões que provocam o ‘estar morando’ nas ruas, observam-se as caracterizações dos indivíduos, os censos, as descrições de um (ou vários) *modus vivendi / modus operandi*, as perspectivas / dificuldades de ‘saída das ruas’, o entendimento de processos sociais, as percepções de pesquisas governamentais e não governamentais.

### **2.2.1 Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**

Em 1997, Marcel Bursztyn e Carlos H. Araújo publicam um estudo sobre a situação de rua no Distrito Federal. Entre as conclusões a que chegam, apresentam a demanda de

---

<sup>34</sup> No caso do Brasil, nem o sistema político – democrático – nem sua legislação sustentam essa perspectiva.

pesquisas e ações em nível nacional para o tratamento da questão. Em 2005, a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) promoveu o I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua. Juntamente a movimentos sociais relacionados a essa questão social, discutiu-se a elaboração de políticas públicas articuladas nacionalmente, sendo identificada a necessidade de um levantamento censitário<sup>35</sup> que permitisse uma caracterização socioeconômica. Em 2006, foi criado um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para propor uma Política Nacional para a População em Situação de Rua; foi uma ação federal que propiciou, desde então, reuniões entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)<sup>36</sup>, o Ministério da Saúde (MS), o Ministério da Educação (MEC), o Ministério das Cidades (MCidades), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Ministério da Cultura (MinC), a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH), a Defensoria Pública da União (DPU) e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Representantes do Movimento Nacional de Luta e de Defesa dos Direitos das Pessoas em Situação de Rua (MNPR), da Pastoral do Povo da Rua e do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) também participaram do Grupo. A partir desses encontros foi efetivada a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, realizada entre agosto de 2007 e março de 2008, cujos resultados foram tornados públicos em abril de 2008 por meio de um Sumário Executivo (META<sup>37</sup> e MDS, 2008). A seguir, apresento algumas informações que constam nesse documento, acrescidas de comentários ou apenas com o registro dos dados, pois estes já têm relevância para este trabalho.

As pessoas que foram participantes da pesquisa deveriam ter 18 anos completos ou mais e estarem vivendo em situação de rua. 23 capitais foram pesquisadas, entre as quais não constavam São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre<sup>38</sup> por possuírem dados próprios e recentes. Também fizeram parte do estudo 48 municípios com mais de 300 mil habitantes, totalizando 71 cidades. Nesse sentido, destaco a importância da amostra nacional, mas chamo a atenção para o fato de ser uma amostra. Ficaram de fora todas as demais cidades que tinham até 299 mil habitantes, muitas das quais poderiam estar convivendo com a problemática da cidadania em situação de rua.

---

<sup>35</sup> O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responsável pelos censos nacionais, coletava os dados com base em domicílios, portanto, não pesquisava essa população.

<sup>36</sup> Coordenador do GTI; principal responsável para formular políticas públicas para a população em situação de rua e responsável pela contratação da pesquisa (em acordo de cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO).

<sup>37</sup> Trata-se da empresa que foi contratada, depois da licitação, para realizar a Pesquisa – Meta Instituto de Pesquisa de Opinião.

<sup>38</sup> Por iniciativa municipal, Porto Alegre estava desenvolvendo concomitantemente uma pesquisa semelhante.



31.922 pessoas em situação de rua foi o total identificado nessa pesquisa. Se for somado a resultados das pesquisas de São Paulo, Belo Horizonte e Recife, o total seria superior a 44.000 pessoas<sup>39</sup>.

Antes de registrar outros resultados, faz-se necessário dar conhecimento de três conceitos centrais utilizados para a realização da Pesquisa Nacional: ‘população em situação de rua’, ‘rua’ e ‘albergue’ (MDS, 2008a, p. 3 – 5). Essas definições possibilitam uma melhor compreensão da problemática social (por isso faço questão de registrá-las, a seguir, exatamente como identificadas na Pesquisa) e colaboram na identificação do grupo que está sendo denominado nesta tese como cidadãos e cidadãs em situação de rua.

a população em situação de rua é um grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas etc.) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar.

Por “rua”, entendem-se locais situados:

- sob pontes, marquises e viadutos, a frente de prédios privados e públicos;
- em espaços públicos não utilizados à noite, em parques, praças, calçadas, praias;
- em cascos de barcos na areia, embarcações não utilizadas no período noturno, portos, estações de trem, rodoviárias, a margem de rodovias;
- em esconderijos abrigados, dentro de construções com áreas internas ocupáveis; galerias subterrâneas, becos, postos de gasolina;
- nas áreas próximas aos depósitos de lixo, à reciclagem de material, ao ferro velho, às feiras e aos pontos comerciais;
- nos depósitos e prédios fora de uso, casas e prédios abandonados e outros locais relativamente protegidos do frio e da exposição à violência.

Albergues, num sentido mais amplo, são instituições de denominações variadas, que oferecem pernoite gratuito, ou por preços simbólicos, para a população que dorme na rua. Estes estabelecimentos são geralmente mantidos pelo poder público (especialmente Prefeituras Municipais e Governos Estaduais), mas podem ser também mantidos por ONGs, Igrejas, organizações filantrópicas privadas etc.

As instituições, incluídas na definição operacional de albergue, foram:

- Albergues – “serviços continuados destinados a adultos (inclusive idosos, pessoas com deficiência, migrantes e refugiados) que se encontram em situação de rua ou abandono. Oferecem condições para que as pessoas possam repousar e restabelecer-se. Por meio de acompanhamento

---

<sup>39</sup> É preciso levar em conta que os momentos de aplicação da pesquisa, bem como as metodologias apresentam distinções, o que torna a somatória uma estimativa e não um dado preciso. O Sumário Executivo (META e MDS, 2008) cita essas pesquisas, as quais apresentam resultados da quantificação dos maiores de 18 anos e o ano de divulgação; respectivamente: São Paulo, 10.399, em 2003; Belo Horizonte, 916, em 2005; Recife, 888, em 2005.

profissional devem trabalhar de modo articulado com os demais serviços da rede, visando o resgate de vínculos familiares e comunitários ou a construção de novas referências, bem como a conquista de autonomia para a vida independente”.

- Abrigos – “serviços continuados de proteção social especial de alta complexidade, que oferecem acolhida, cuidado e espaço de socialização e desenvolvimento, com atendimento especializado a pessoas em situação de abandono ou risco pessoal/social e que necessitem de atendimento fora do núcleo familiar de origem (mulheres vitimizadas, idosos, crianças e adolescentes, mulheres com crianças, dentre outros). Funcionam como moradia temporária, até que seja viabilizada a integração ao convívio familiar (família de origem ou substituta) ou alcance de autonomia”.

- Casas de passagem ou de apoio – equipamentos de acolhida temporária destinados ao atendimento de pessoas em situação de rua, abandono, risco, violação de direitos (crianças, adolescentes, migrantes, dentre outros). Oferecem espaço de acolhida inicial ou emergencial, durante período de realização de diagnóstico da situação. Possibilitam que, após o diagnóstico e definição de qual serviço melhor atende às demandas identificadas, as pessoas sejam encaminhadas para outros equipamentos da rede de proteção social.

Hospitais e clínicas, casas de convivência e instituições religiosas também foram pesquisadas, pois poderiam estar recebendo pessoas em situação de rua. Estabelecimentos hoteleiros de baixo custo a exemplo de ‘albergues’ e ‘albergues da juventude’ não fizeram parte do levantamento.

Minha opção em identificar em primeiro lugar os cidadãos, na maioria das vezes e até mesmo no título, é influenciada pelo fato de a maioria das pessoas em situação de rua ser homens. Na Pesquisa Nacional, verificou-se que 82% dessa população é masculina.

Quanto à faixa etária, a Figura 4 mostra seis divisões e seus percentuais. O Sumário Executivo (META e MDS, 2008) destaca que 53% dessas pessoas têm entre 25 e 44 anos.

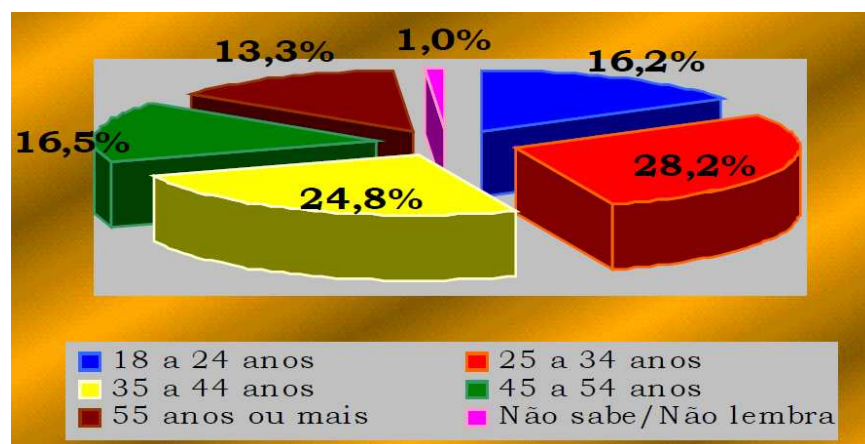


FIGURA 4 – População em situação de rua por idade<sup>40</sup>

<sup>40</sup> Essa Figura foi exibida na apresentação dos resultados da pesquisa nacional, feita pelo MDS em abril de 2008.

O percentual das pessoas em situação de rua que se declaram pardas e pretas é de 67% (39,1% se declararam pardas; 27,9%, pretas). 29,5% das pessoas se declararam brancas; 1,3%, indígenas; 1,0%, amarelas/orientais; 1,2%, foi de não definidas ou não declaradas.

Com relação à formação escolar, 74% dos cidadãos e das cidadãs que participaram da pesquisa sabem ler e escrever; 17,1% não sabem escrever. 95% das pessoas não estavam estudando. Como pode ser observado na Tabela 1 (META e MDS, 2008, p. 7), quase a metade das pessoas frequentou o ensino fundamental. Nessa pesquisa, 384 pessoas estiveram no nível superior (completando-o ou não).

TABELA 1 – *Cidadãos e cidadãs em situação de rua segundo a escolaridade*<sup>41</sup>

Escolaridade	F	%	%a
Nunca estudou	4.175	15,1	15,1
1º grau incompleto	13.385	48,4	63,5
1º grau completo	2.854	10,3	73,8
2º grau incompleto	1.045	3,8	77,6
2º grau completo	881	3,2	80,8
Superior incompleto	190	0,7	81,5
Superior completo	194	0,7	82,2
Não sabe / Não lembra	2.136	7,7	89,9
Não informado	2.787	10,1	100
<b>Total</b>	<b>27.647</b>	<b>100</b>	

Quanto às razões para estar vivendo em situação de rua, observe o seguinte excerto (META e MDS, 2008, p. 7):

Os principais motivos pelos quais essas pessoas passaram a viver e morar na rua se referem aos problemas de alcoolismo e/ou drogas (35,5%); desemprego (29,8%) e desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%). Dos entrevistados no censo, 71,3% citaram pelo menos um desses três motivos (que podem estar correlacionados entre si ou um ser consequência do outro).

Quando eu o li pela primeira vez, fiquei preocupado com o reforço a um estigma, pois as sínteses da mídia e da população em geral tenderiam (a meu ver) a elencar uma sequência de três razões, a principal sendo alcoolismo/drogas. Minhas leituras e reflexões caminhavam em outra direção, considerando a forte influência da pauperização, das mudanças no mundo do trabalho, e do desemprego – situações que podem, inclusive, provocar o uso excessivo de álcool e drogas, bem como a fragilização e até mesmo a ruptura de laços familiares. Contudo, para captar em uma pesquisa se isso realmente procede, ou se há outro(s) processo(s) de maior relevância, é necessário desenvolver um método, ou questões que permitam um resultado mais aprimorado.

<sup>41</sup> 27.647 refere-se ao total de entrevistas válidas; 'F', à frequência de ocorrências; '%', ao percentual relativo à frequência; e '%a', ao percentual relativo acumulado.

Tive três oportunidades de participar do debate desse problema. A primeira foi no Seminário “A Realidade da População de Rua no Brasil”, promovido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Social (NEPPoS), do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília, em 14 de maio de 2008, quando questionei à mesa sobre um possível problema da Pesquisa Nacional, que teria gerado um resultado duvidoso relacionado aos motivos que levariam alguém à situação de rua. A pessoa que representava o MDS na mesa comentou que a pergunta sobre os motivos admitia múltiplas respostas, sendo uma forma de captar a percepção das pessoas entrevistadas; não se tratava de identificar especificamente uma causa, mas considerar os múltiplos fatores.

Anderson Lopes, representante do Movimento Nacional de Luta e de Defesa dos Direitos da População de Rua (MNPR), fazia parte da mesa e relatou que vivia há 18 anos em situação de rua e o que ele percebia era que o álcool, mas especificamente a cachaça, torna-se uma forma de sobrevivência nas ruas, servindo para enfrentar o frio, para enfrentar a situação de rua e até para falar com a Assistência Social. Ele destacou, porém, que não era o álcool que gerava a situação de rua; segundo ele, a razão principal é o desemprego.

A pesquisadora Maria Lúcia Lopes da Silva era o terceiro membro da mesa e comentou que tanto a Pesquisa Nacional quanto seu relatório eram muito relevantes, mas era preciso avaliar em alguns casos, como o que está sendo tratado, a estrutura do questionário e as análises presentes no relatório. Ela também defendeu a ideia de que a deficiência ou ausência de renda é um dos principais motivos geradores de problemas que terminam provocando a situação de rua.

A segunda oportunidade de abordar essa questão da pesquisa nacional e sua apresentação em documento oficial foi quando recebi do MDS a minuta da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua. Nela constava o mesmo parágrafo que apresentei anteriormente (META e MDS, 2008, p. 7). Enviei, então, uma mensagem eletrônica (Apêndice A) ao MDS, sugerindo uma reavaliação desse dado da pesquisa e caso isso não fosse feito, que houvesse uma explicação das correlações entre os motivos e um destaque para a similaridade dos percentuais das principais razões apresentadas.

O terceiro momento aconteceu quando li a versão da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua que ficou disponível para consulta pública por meio da página eletrônica do MDS. Lá foi possível notar um parágrafo a mais para tratar do quesito que estamos discutindo. Cito os dois parágrafos a seguir (MDS, 2008b, p. 3 – 5).

Os principais motivos pelos quais essas pessoas passaram a viver e morar na rua se referem aos problemas de alcoolismo e/ou drogas (35,5); desemprego

(29,8%) e desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%). Dos entrevistados no censo, 71,3% citaram pelo menos um desses três motivos (que podem, muitas vezes, estar correlacionados).

No entanto, destacamos que os problemas com familiares, em conjunto, abrangendo as separações amorosas, apresentou o maior percentual relativo das motivações para a ida a rua. O problema do uso abusivo de álcool e de drogas destacou-se como o segundo aspecto mais relevante, e, em terceiro, o desemprego.

Com essa alteração, os problemas familiares passam a ser a principal razão que origina a situação de rua. Encaminhei outro e-mail (Apêndice B) para o MDS sugerindo modificações nesse tópico, centradas principalmente na questão da pobreza extrema, na maneira de apresentar os resultados e na expectativa de que uma futura pesquisa indique com maior precisão as correlações apresentadas.

Algum tempo depois, o MDS respondeu uma solicitação feita por mensagem eletrônica e, assim, tive acesso aos questionários utilizados na pesquisa, um com 19 perguntas (levantamento censitário – Anexo Y) e outro com 62 perguntas (levantamento amostral, de 10,4% do total de pessoas – Anexo Z). Em ambos, a pergunta de número 6 era a seguinte: “Quais os principais motivos pelos quais você passou a viver / morar na rua / albergue?”; com a instrução: “(Anote até 3, sem ler as alternativas)”. As opções registradas para a questão eram: 1 - Perda da moradia; 2 - Ameaça / Violência; 3 - Problemas com pai / mãe / irmãos; 4 - Separação / decepção amorosa; 5 - Alcoolismo / drogas; 6 - Desemprego; 7 - Trabalho; 8 - Tratamento de Saúde; 9 - Preferência/Opção própria; 10 - Outro: \_\_\_\_\_; 11 - Não sabe/ Não lembra; 12 - Não respondeu.

A opção de separar o que se refere a ‘problemas com familiares’ em duas alternativas distintas (3 e 4) gerou os resultados e análises que vimos. Resultados diferenciados também poderiam ser obtidos caso a opção 5 (alcoolismo / drogas) fosse desmembrada em duas. Quanto aos itens 6 (desemprego) e 7 (trabalho), parecem ter correlação; se realmente houver, isso também pode ter influenciado nos resultados. Diante disso, enquanto resultado de ‘percepções’, o resultado dessa questão da pesquisa nacional tem alguma validade. Porém, o que é preocupante é a forma como esse resultado pode ser interpretado socialmente. Ou seja, o problema que pode ter sua razão central em relação a desemprego / trabalho, pode passar a ser sintetizado como resultado do uso de drogas e álcool – um dado impreciso pode tornar-se um reforçador de estigmas.

Tratando de renda pessoal, 52,6% das pessoas que participaram da pesquisa por amostragem recebem entre R\$ 20,00 (vinte) e R\$ 80,00 (oitenta reais) semanais.

A ideia de que a maior parte dos cidadãos e das cidadãs em situação de rua era proveniente de migração do campo para a cidade torna-se obsoleta com os resultados da Pesquisa Nacional. 45,7% das pessoas sempre viveram na cidade em que estavam no momento da entrevista e 71,9% dos indivíduos que vieram de outro local, eram provenientes de área urbana, conforme pode ser observado na Tabela 2 e na Figura 2.

TABELA 2 – Último município de moradia<sup>42 43</sup>

Último município de moradia	F	%
Sempre viveu no município atual	12.641	45,7
Município do estado atual	8.379	30,3
Município de outro estado	6.405	23,2
Município de outro país	36	0,1
Não sabe/Não lembra/Informações incompletas	186	0,7
<b>Total</b>	<b>27.647</b>	<b>100,0</b>

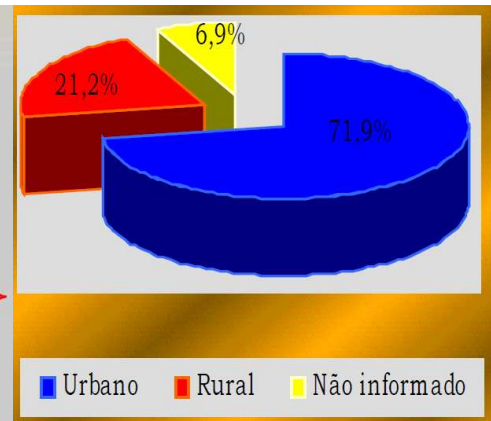


FIGURA 5- Último local de moradia: área<sup>44</sup>

Com relação às pessoas que já moraram em outras cidades, 59,9% viveram em até três municípios<sup>45</sup>; 60,1% não dormiam em albergue ou na rua no município anterior; 45,3% mudaram-se em busca de trabalho.

Do total das cidadãs e cidadãos em situação de rua que participaram da pesquisa, 48,4% estavam há mais de dois anos dormindo em albergue ou na rua. 69,6% das pessoas entrevistadas costumavam dormir na rua; 22,1%, em albergue e 8,3% em ambos. Em relação à preferência, 46,5% do total prefere dormir na rua<sup>46</sup>; 43,8%, em albergue<sup>47</sup>. 51,9% têm parente na cidade onde estão. Todavia, a comunicação com esses parentes acontece em intervalos diários a mensais para 34,3%, enquanto 38,9% não mantém contato com esses parentes. Quanto a parentes que vivem em outro município, 23,1% das pessoas afirmou manter contato.

<sup>42</sup> Essa imagem foi exibida pelo MDS na apresentação dos resultados da pesquisa nacional, em abril de 2008.

<sup>43</sup> Considerando que estou dando ênfase à questão da cidadania e que há pessoas que nasceram em outros países e encontram-se em situação de rua no Brasil (as 36 identificadas nessa tabela tendem a não ser brasileiras), destaco que o sentido de cidadania utilizado vincula-se a *status* e que, mesmo não tendo a nacionalidade brasileira, essas pessoas devem ser respeitados e tratadas dignamente pelo Estado, pois o Brasil é signatário de convenções internacionais relacionadas a Direitos Humanos.

<sup>44</sup> Essa imagem foi exibida pelo MDS na apresentação dos resultados da pesquisa nacional, em abril de 2008.

<sup>45</sup> O percentual das pessoas que viveram em seis cidades ou mais foi de 11,9%.

<sup>46</sup> Alguns dos motivos que indicam para não preferirem albergue são: falta de liberdade, horários, proibição de uso de álcool e/ou drogas, dificuldades em conseguir vagas, maus tratos / violência.

<sup>47</sup> Motivos para não preferirem a rua: violência, desconforto, aspectos climáticos, dificuldade para higiene pessoal, ação policial, outros.

Um dado muito relevante da pesquisa é que 70,9% dos cidadãos e cidadãs em situação de rua são trabalhadores e trabalhadoras. Somente 15,7% informaram que pedem dinheiro como principal forma de sobrevivência. Entre as principais atividades desenvolvidas estão: coleta / catação de materiais recicláveis, 27,5%; cuidar de carros / flanelinha, 14,1%; construção civil 6,3%; vendas, 5,8 %; limpeza, 4,2%.

58,6% afirmaram ter alguma profissão, destacando-se construção civil (27,2%), comércio (4,4%), trabalho doméstico (4,4%) e mecânica (4,1%). No entanto, 97% não estava trabalhando com carteira assinada, sendo que 47,7% dos cidadãos e cidadãs em situação de rua que participaram da pesquisa nunca trabalharam com carteira assinada. 50% das pessoas que tiveram a carteira assinada em algum momento já estão há mais de cinco anos sem registro.

Quando foi feita a pergunta: “Você se alimenta todos os dias?” e as respostas esperadas eram ‘sim’ ou ‘não’<sup>48</sup>, ficou subentendido que uma resposta ‘sim’ equivaleria a fazer ao menos uma refeição por dia. Das pessoas que participaram da pesquisa por amostragem, 79,6% responderam ‘sim’ e 19% responderam ‘não’. Portanto, o percentual das pessoas que não se alimenta todos os dias é alto, o que é algo seríssimo. Preocupa-me, também, a resposta ‘sim’. Em que sentido? Se o que temos como referência é a necessidade mínima de fazer três refeições por dia, se foi feita apenas uma, temos então um índice altamente problemático. Para uma próxima pesquisa nesses moldes, talvez seja indicada a pergunta: “Quantas refeições você faz por dia?”

Entre as principais formas de conseguir alimento, 27,4% compram com seu dinheiro.

Com relação a ter algum problema de saúde, 27,9% das pessoas entrevistadas respondeu ‘sim’; 62%, ‘não’; e 8% não responderam, não sabiam ou não se lembravam.

No Quadro 4, estão registrados os três principais locais utilizados para se tomar banho e para fazer necessidades fisiológicas.

Local	Para banho	Para necessidades fisiológicas
Rua	32,6%	32,5%
Albergues / abrigos	31,4%	25,2%
Banheiros públicos	14,2%	21,3%

QUADRO 4 – Locais utilizados para banho e necessidades fisiológicas

A ínfima quantidade de banheiros públicos é um problema para cidadãs e cidadãos em geral; porém, torna-se mais perceptível para quem está em situação de rua.

<sup>48</sup> Ver Anexo Z.

Possuir documentos de identificação é algo de extrema importância para quem está em situação de rua. Nesse sentido, a pesquisa nacional apresenta um dado relevante: 58,9% das pessoas que participaram da pesquisa tinham Carteira de Identidade e 21,9% possuíam os cinco documentos indicados na Tabela 3 (META e MDS, 2008, p. 12); no entanto, 24,8% não tinham nenhum desses documentos.

TABELA 3 – *Posse de documentos de identificação*<sup>49</sup>

Tipo de documento	%
Carteira de identidade	58,9
Certidão de nascimento/casamento	49,5
CPF	42,2
Carteira de Trabalho	39,7
Título eleitoral	37,9
Sem documento algum	24,8
Todos os documentos	21,9

Quanto ao recebimento de recursos de programas governamentais, 88,5% não recebiam nenhum; 3,2% recebiam aposentadoria; 2,3% eram atendidos pelo Programa Bolsa Família do governo federal.

As discriminações aos cidadãos e às cidadãs em situação de rua não têm sua existência apenas nos ‘olhares’ ou na perspectiva discursiva. Os elementos das práticas sociais estão interligados, de maneira que as crenças e os valores norteiam as relações sociais e as atividades, como, por exemplo, o impedimento da entrada de cidadãs e cidadãos em determinados locais e a realização de determinadas ações. A Figura 6 (META e MDS, 2008, p. 13) apresenta alguns desses impedimentos:

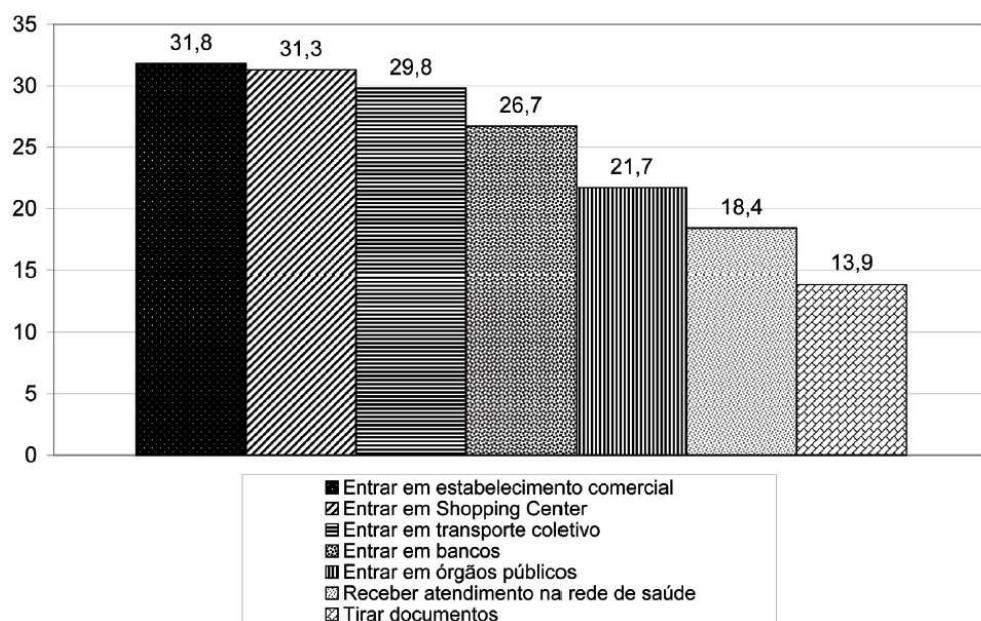


FIGURA 6 – *Impedimentos de entrada em locais ou de realização de atividades*

<sup>49</sup> Essa questão da pesquisa nacional permitia múltiplas respostas.



É preciso refletir sobre esses dados para ter a percepção de que para cada um dos itens, foi necessário que a pessoa tentasse entrar ou requerer algo para, então, ser impedida. Certamente, outros cidadãos e outras cidadãs em situação de rua não foram impedidos porque não arriscaram entrar. Diversas formas simbólicas, verbais, e creio que principalmente não verbais, dão o veredicto do impedimento. O impedimento manifestado no silêncio.

Com base nessas mesmas informações, foi possível constatar na pesquisa que 54,5% das pessoas passaram por algum desses tipos de discriminação explícita (MDS, 2008b).

Se cruzarmos dois dados, mesmo de forma imprecisa<sup>50</sup>, veremos que 24,8% não possuem nenhum documento e 13,9% dos indivíduos foram impedidos de tirá-los. É preciso fazer uma análise em detalhes dos dados para perceber características elementares dos problemas da situação de rua. Não ter documentos em uma determinada circunstância pode significar o resultado de um impedimento.

2,9% das pessoas afirmaram participar de algum movimento social ou associação<sup>51</sup>. O percentual é pequeno, todavia, é muito grande simbolicamente. Só para ser direto em uma análise específica: como é possível sustentar que as pessoas em situação de rua, problemáticamente chamadas de ‘excluídos’, não podem representar-se, organizar-se, exigir direitos? A realização de reuniões ministeriais, a realização da Pesquisa Nacional, a própria execução da pesquisa e o processo de fazer, criticar, refazer a Política Nacional aconteceu com a apresentação de demandas e com a participação efetiva do Movimento Nacional de Luta e de Defesa dos Direitos das Pessoas em Situação de Rua que é formado por cidadãos e cidadãs que estão ou estiveram em situação de rua.

### **2.2.2 A situação de rua**

Os processos que provocam a ‘situação de rua’ são registrados historicamente desde a época pré-industrial das sociedades europeias. Era resultado da pauperização provocada pela absorção insuficiente nas indústrias, da mão de obra das pessoas expulsas do campo. A acumulação capitalista se reproduz com a existência de pessoas que não são envolvidas no processo de produção (diretamente), servindo à manutenção da demanda / oferta de trabalho e o controle dos salários. Dessa maneira, a ‘situação de rua’ surge no contexto da pauperização generalizada ocorrida na Europa, no século XVIII, fruto da ‘questão social’ – fruto das tensões decorrentes da relação entre o capital e o trabalho (Maria Lucia Lopes da Silva, 2009).

<sup>50</sup> Como não possuo o banco de dados da pesquisa nacional, não posso fazer um cruzamento ao ponto de afirmar que as pessoas que não possuem nenhum documento são as mesmas que foram, em alguma circunstância, impedidas de tirá-los. Meu objetivo nesse momento não é esse, é apenas de ponderar sobre a situação.

<sup>51</sup> 1,6% não responderam e 95,5% não participam.

O problema do desemprego ou da falta de trabalho com remuneração que atenda minimamente as necessidades das pessoas trabalhadoras (e de suas famílias) é um fator que influencia a situação de rua, como foi possível observar na seção anterior (2.2.1). No Brasil, a partir da década de 1970, isso começa a ganhar mais visibilidade, à medida que o número de pessoas nessa condição aumenta. Cleisa M. M. Rosa fez um levantamento de textos jornalísticos que foram publicados sobre ‘população de rua’ na cidade de São Paulo de 1970 a 1998 (Rosa, 1999). Nestes textos, é possível perceber:

- como o número de pessoas desempregadas da construção civil estava vivendo nas ruas da capital paulista;
- como se dava a associação ou oposição entre o que se entendia como ‘mendigo’ e ‘população de rua’;
- o aumento da miséria que estaria acontecendo por causa da crise econômica;
- as ações da Polícia Militar convocada a ‘retirar’ das ruas as pessoas em situação de rua ou tomando para si a função de ‘retirá-las’ por conta própria ou encaminhá-las para a delegacia;
- o desenvolvimento da ‘arte’ da arquitetura ‘antimendigo’ que diz ‘Afaste-se’ por meio do silêncio do concreto sem marquise, das grades das igrejas, dos equipamentos projetados para lançar jatos de água sobre as calçadas;
- as reivindicações dos cidadãos e cidadãs em situação de rua por direitos;
- as ações ‘higienistas’ e as tentativas de ‘transferências’ para a periferia;
- o direito de ir e vir ganhando visibilidade;
- a formação de associações pelas pessoas que trabalham coletando / catando papel.

Mesmo considerando as dificuldades para se coletar material jornalístico sobre situação de rua que fosse anterior à década de 1990, principalmente por não serem materiais disponíveis em arquivos eletrônicos, é nítido o crescimento da repercussão do tema nos meios de comunicação que circulavam em São Paulo. Rosa (1999) conseguiu coletar três notícias da década de 1970; 103, da década de 1980; e 529 da década de 1990 (até 1998).

O aumento da cobertura jornalística aconteceu não apenas pela percepção do problema social, mas certamente também pelo aumento do número de pessoas em situação de rua. Em pesquisa realizada em 1991 a quantidade de cidadãos e cidadãs em situação de rua no centro da cidade de São Paulo (mais especificamente na Região Administrativa da Sé, parte da Mooca e da Penha, em 329 pontos de pernoite) era de 3.392 (Maria Antonieta da C. Vieira; Eneida M. R. Bezerra; Cleisa M. M. Rosa, 2004). Em 2000 e 2003 foram feitas pesquisas

censitárias na cidade de São Paulo; em 2001, o número de pessoas em situação de rua era de 8.706 (São Paulo); em 2003, 10.399 (São Paulo; FIPE, 2003).

Silva (2009) identificou por meio de sua pesquisa que, no Brasil, as mudanças no mundo do trabalho, no período de 1995 a 2005, influenciaram decisivamente a realidade da situação de rua, que atingiu um número crescente de cidadãos e cidadãs<sup>52</sup>. Entre as constatações da autora sobre caracterizações da situação de rua, está a identificação de seis aspectos (p.105 a 122 – apresento-os em síntese com breves discussões):

1. *múltiplas determinações* – diversos estudos apresentam fatores como ausência de moradia; ausência ou insuficiência de renda; falta de vagas no mercado de trabalho; morte de todos os componentes da família, roubos de todos os bens, ruptura de vínculos familiares e/ou comunitários; doenças mentais; consumo frequente de bebida alcoólica ou de drogas; desastres de massa como terremotos e inundações. Há fatores que se destacam, bem como os que são típicos de determinada localidade ou época. A história revela que causas estruturais da condição de rua vinculam-se à estrutura da sociedade capitalista, como processos imanentes da acumulação do capital (como vimos na seção 2.1).
2. *uma expressão radical da questão social na contemporaneidade* – a autora apresenta uma discussão questionando a “novidade” da “nova questão social” presente em Castel (1998) e Rosanvalon (1988); defendendo, com sustentação em José P. Netto (2004) e Mariada V. Yamamoto (2004, 2005), uma reflexão com base em análises de Marx e tendo o socialismo como horizonte. Dessa maneira, desemprego e desigualdade (por exemplo) não são resultados naturais da sociedade moderna; são resultados imanentes da sociedade capitalista com base em sua relação capital / trabalho. A questão social se caracteriza não apenas pela identificação de uma pauperização, mas principalmente por sua associação com os desdobramentos sociopolíticos dessa condição, as lutas sociais, rebeldia, resistência, oposição. Ela tem novas expressões, além das que já são conhecidas. A questão social é parte constitutiva das relações sociais capitalistas. Silva (2009, p. 111) cita Yamamoto (2004, p.10 – 11, com os grifos desta autora):

---

<sup>52</sup> A autora opta sempre pela designação ‘população em situação de rua’. A utilização de ‘cidadãos e cidadãs em situação de rua’ é uma interferência minha ao tratar de conteúdo presente em Silva (2009).

A questão social, **enquanto parte constitutiva das relações sociais capitalistas**, é apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. Sua produção / reprodução assume perfis e expressões historicamente particulares na cena contemporânea. Requer, no seu enfrentamento, **a prevalência das necessidades da coletividade dos trabalhadores, o chamamento à responsabilidade do Estado e a afirmação de políticas sociais de caráter universais, voltadas aos interesses das grandes maiorias, condensando um processo histórico de lutas pela democratização da economia, da política, da cultura na construção da esfera pública.**

A população em situação de rua seria uma expressão da questão social desde seu início até os dias atuais, tornando-se intensa na atualidade por conta das transformações no mundo do trabalho. Assim como as desigualdades, também existem as resistências. Silva destaca que há movimentos organizados de população em situação de rua nas cidades de São Paulo e Belo Horizonte; fóruns e organizações em cidades como Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Londrina; e o Movimento Nacional de Luta e de Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua (MNPR).

3. *a localização nos grandes centros urbanos* – fatores como a maior circulação do capital, a infraestrutura, a arquitetura e a geopolítica dos grandes centros explicam essa característica. Mesmo de forma precária, a geração de trabalho e renda por iniciativa própria ou por meio de grupos organizados, cooperativas, associações ou outras organizações sociais não governamentais, são mais diversificadas. Como exemplo, pode-se perceber que quantidade de materiais recicláveis descartados nas grandes cidades e a formação de cooperativas para a coleta tem influenciado no crescente número de cidadãos e cidadãs em situação de rua que tem como sua principal forma de subsistência essa atividade. A concentração de pessoas em áreas comerciais, bancárias, religiosas e de lazer facilita a venda de mercadorias de baixo valor comercial, guarda de carros, obtenção de doações. Instituições filantrópicas que fornecem alimentação e abrigo também são encontradas em grandes áreas urbanas, bem como uma arquitetura que possibilita maior proteção, comparando-se a pequenas cidades.
4. *o preconceito contra os cidadãos e as cidadãs em situação de rua* – discriminações relacionadas à pessoas em situação de rua podem ser percebidas em denominações pejorativas que as designam. Muitas vezes esses

cidadãos e essas cidadãs são responsabilizados/as pela situação em que se encontram e ainda são atingidos/as por práticas higienistas, que pretendem camuflar o problema social por meio de massacres, extermínios ou recolhimento forçado das ruas (até mesmo conduzido por Órgãos do Poder Público).

Silva (2009), ao identificar que o problema do preconceito pode ser percebido, por exemplo, por meio das designações, cita os trabalhos de Rosa (1999 e 2005). Considerando relevante esse aspecto para esta tese, a qual dá atenção especial à linguagem, extraí diretamente do levantamento feito por Rosa (2005, p. 48 – 49) algumas denominações presentes no Quadro 5:

Denominações	Décadas		
	1970	1980	1990
anônimos		X	
bêbados		X	
cidadãos de rua		X	
desafortunados		X	
desenraizados		X	
excluídos		X	X
exército de miseráveis		X	
homens-barata			X
homens-rato			X
idosos e velhos de rua			X
indesejáveis	X	X	
loucos		X	
moradores de rua		X	X
marginais		X	
mulher de sarjeta		X	
perigosos	X		
prostitutas	X		
rejeitados		X	
vagabundos	X	X	

QUADRO 5 – Designações pejorativas contra cidadãos e cidadãs em situação de rua

O termo ‘cidadãos de rua’ já aparece na década de 1980, mas sua delimitação ‘de rua’ parece trazer a ideia de característica fixa. Discuto melhor essa questão específica da nomeação no Capítulo 4 Seção 4.2.3).

5. *as particularidades vinculadas ao território em que se manifesta* – decorrem dos hábitos, dos valores e das características socioeconômicas, culturais e geográficas predominantes em determinado território, mesmo tendo características comuns em diferentes cidades nas quais se manifesta ao redor do mundo. Silva aponta algumas distinções no Brasil: no sul, o inverno rigoroso obriga a procura por proteção do frio até mesmo com o deslocamento para outras cidades; em Recife há mais jovens em situação de rua do que em São Paulo e Belo Horizonte, bem como há diferenças entre as relações com o trabalho e família entre essas cidades.
6. *tendência à naturalização* – identificada no Brasil, pela falta de políticas sociais universalizantes, pelos poucos dados e informações científicas, pela convivência com o problema nas grandes cidades. Têm-se, então, aparência de algo natural na sociedade moderna, que deve ser amenizado, controlado; ou o problema social é encarado como resultante dos traços invariáveis da sociedade humana. Assim, os indivíduos são responsabilizados pela situação na qual se encontram, isentando a sociedade capitalista da produção e reprodução do problema social e isentando o Estado da responsabilidade de enfrentá-lo.

A heterogeneidade é uma característica que tem enorme visibilidade nas publicações que tratam do assunto, afirma Silva (2009)<sup>53</sup>. Ela (p. 125 – 137) chama a atenção para o fato de que, apesar das diferenças dentro desse grupo populacional (conforme foi possível observar na seção 2.2.1), três condições lhes são comuns e devem ser consideradas de maneira articulada entre si: a pobreza extrema; os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados; a inexistência de moradia convencional regular, utilizando-se a rua como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente.

A pobreza extrema é definida pela autora (2009, p. 129), com base em Marx, como “a condição que se define pela não propriedade dos meios de produção e reduzido ou inexistente acesso às riquezas produzidas socialmente, seja pela ausência de trabalho e renda regulares, seja pelo não acesso às políticas públicas”.<sup>54</sup>

<sup>53</sup> A autora cita excertos de Escorel (2000), Marcel Burzstyn (2000) e Vieira, Bezerra e Rosa (2004).

<sup>54</sup> Correlacionando, acrescento, aqui, um elemento para reflexão. Alberto D. Cimdamore e Antonio D. Cattani (2007) apresentam uma concepção de pobreza e desigualdade como ‘construção social’ (produção e reprodução),

Com exceção de um pequeno grupo que vive em situação de rua com seus familiares ou que tem contato frequente com eles, Silva (2009) destaca que a fragilização ou mesmo o rompimento de vínculos familiares é uma característica significativa na vida dos cidadãos e cidadãs em situação de rua. Embora existam outros fatores que provocam essa condição relacionada à família, o fator econômico é preponderante (principalmente a ausência regular de trabalho e renda), argumenta a autora com base em pesquisas que tratam do assunto.

Para Silva (2009, p. 132), a característica de maior destaque é a “inexistência de moradia convencional regular e a utilização da rua como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente” (ver na Seção 2.2.1 os diversos espaços caracterizados como ‘rua’). Mesmo assim, ela chama a atenção para a possibilidade de haver outros aspectos que não foram contemplados.

Quanto ao termo ‘situação de rua’, há duas compreensões que eu considero complementares e que justificam sua utilização. Uma compreensão é que falar em ‘situação de rua’ significa identificar uma circunstância passageira (Rosa, 2005). Dentro de uma problemática social, pessoas são impelidas a uma condição provisória. O ser humano não é, assim, identificado como ser ‘da rua’. Nesse sentido, a designação ‘cidadão e cidadã em situação de rua’ é completamente distinta da designação ‘morador de rua’, por exemplo (ver discussão no Capítulo 4).

A outra compreensão destaca que a ‘situação de rua’ é resultado de um processo social que expõe trabalhadores e trabalhadoras a uma condição não escolhida, que não se trata simplesmente de perdas ou infortúnios individuais. Sendo assim, cidadãos e cidadãs estão nessa ‘situação’, na ‘situação de rua’, em decorrência do processo de acumulação capitalista, que amplia desigualdades sociais e níveis de pobreza (Silva, 2009).

É ampla e de extrema relevância a demanda de estudos sobre a problemática vivenciada por cidadãos e cidadãs em situação de rua no Brasil. É preciso investigar, conhecer, analisar como base para propor, aplicar, avaliar, aperfeiçoar, transformar – todas essas ações devem correlacionar-se constantemente. Nesse sentido, é válido ressaltar que o tema tem sido pesquisado em diferentes cidades e em diferentes áreas do conhecimento: serviço social, sociologia, antropologia, educação, psicologia, ciência da religião, saúde pública, enfermagem, medicina, geografia humana, linguística. Entre os trabalhos que consultei durante a pesquisa, destaco os que foram desenvolvidos por Maíra M. Pinto (2007), Izalene Tiene (2004), Daniel De Lucca (2007), Elisa C. P. Baiocchi (2003), Walter Varanda e

---

pois são resultado da ação concreta de agentes, processos (sociais, políticos, econômicos) e estruturas. É dessa maneira que pobreza e desigualdade têm suas formas concretas em contextos históricos.

Rubens de C. F. Adorno (2004), Viviane de M. Resende (2008b), Simone M. Frangella (2004), Beatriz H. B. Brandão (2004), Luciana R. Tiradentes (2007), Denise E. G. da Silva (2008), Ricardo M. Mattos e Ricardo F. Ferreira (2004, 2005), Jair da L. Oliveira (2008), Daniela S. Reis (2008), Débora Galvani (2008), Vera C. C. de Farias (2007), Camila P. Pereira (2008), Gabriel C. Mendonça (2006), Marcelo G. Justo (2008). Todos esses trabalhos são de relevância e, até mesmo por isso, demandam uma leitura que os questione – a mesma atitude que deve ser tomada diante desta tese.

Neste capítulo, apresentei uma discussão sobre ‘questão social’ e ‘exclusão social’, para posteriormente situar essas compreensões no tratamento da ‘situação de rua’, considerando resultados de uma Pesquisa Nacional e de pesquisas acadêmicas. No próximo capítulo estão registrados os procedimentos metodológicos que orientaram este trabalho.



## Referências

- ADULIS, Dalberto; FISCHER, Rosa M. Exclusão social na Amazônia Legal: a experiência das organizações na sociedade civil. *Revista de Administração*, São Paulo, n.1, v.33, 1998. p. 20 – 33.
- ARENDDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1990 [1951].
- ARZABE, Patrícia H. M. *O direito à proteção contra a pobreza e a exclusão social*. 2001. Tese (Doutorado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 14. ed. São Paulo: Loyola, 2002 [1999].
- \_\_\_\_\_. *A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola, 2003.
- BAIOCCHI, Elisa C. P. *A crença em Deus e a manutenção da identidade da população adulta de rua em Goiânia*. 115 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Curso de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2003.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 4. ed. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1979].
- BÁRBARA, Leila. Apresentação. *D.E.L.T.A.* São Paulo, n. 21/Especial, 2005. s/n.
- BATISTA JÚNIOR, José Ribamar L. *Os discursos docentes sobre inclusão de alunas e alunos surdos no Ensino Regular: identidades e letramentos*. 2008. 151 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George; ALLUM, Nicholas C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 4. ed. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2005 [2000]. p. 17-36.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999 [1998].
- \_\_\_\_\_. *Em busca da política*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000 [1999].

BAZERMAN, Charles. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. Ângela P. Dionísio; Judith C. Hoffnagel. (Org.). Trad. e adapt. Judith C. Hoffnagel. São Paulo: Cortez, 2005.

BESSA, Décio. *Charges eletrônicas das eleições 2006: uma análise de discurso crítica*. 2007. 179 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2007a.

\_\_\_\_\_. Exclusão e legislação: um olhar para quem está morando nas ruas. In: VII CONGRESO LATINOAMERICANO DE ESTUDIOS DEL DISCURSO. 2007. Bogotá. *Caderno de Resumos*. Bogotá: Imprenta Patriótica Instituto Caro y Cuervo, 2007b. p. 80 – 81.

\_\_\_\_\_. Interdiscursividade na problemática das pessoas que estão morando nas ruas: uma análise crítica de charge eletrônica. In: SEMINÁRIO 20 ANOS DO NELIS: RETROSPECTIVAS E PERSPECTIVAS DA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA. 2007. Brasília. *Caderno de Resumos*. Brasília: UnB/CEAM/ NELIS, 2007c. p. 7.

\_\_\_\_\_. Exclusão social e análise de discurso crítica: perspectivas teórico-analíticas para pesquisar a problemática dos/das ‘moradores/as de rua’. In: ENCONTROS DE PESQUISA EM ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA. 2008. Brasília. *Apresentação oral*. Brasília: UnB / CEAM / NELIS, 2008a.

\_\_\_\_\_. Imagens de si no discurso: auto-representação de ‘moradores de rua’. In: III SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ANÁLISE DO DISCURSO, 2008, Belo Horizonte. *Caderno de Resumos do III Simpósio Internacional sobre Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008b. p. 192 – 193.

\_\_\_\_\_. Pessoas em situação de rua e representação de atores sociais em texto midiático. In: II COLÓQUIO DA ALED NO BRASIL, 2008, Brasília. *Caderno de Resumos*. Brasília: Universidade de Brasília, 2008c. p. 56 – 57.

\_\_\_\_\_. Cidadãos/ãs que estão morando nas ruas: a interdiscursividade em uma notícia de São Paulo. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE TEXTO E CULTURA, 2008, Fortaleza. *Programa e Resumos*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008d. p. 168.

\_\_\_\_\_. Espaço na mídia para a voz de minorias: uma análise intertextual de notícia jornalística. In: COLÓQUIO DE ANÁLISE DO DISCURSO, 2008, Recife. *Caderno de Resumos*. Recife: Editora da UFPE, 2008e. p. 13 – 14.

\_\_\_\_\_. ‘Catadores de lixo’ na mídia: análise de escolhas lexicais. In: IV SEMINÁRIO DE PESQUISA E EXTENSÃO DO EXTREMO SUL DA BAHIA, 2008, Teixeira de Freitas. *Caderno de Resumos*. Teixeira de Freitas: Editora da UNEB, 2008f. p. 18.

\_\_\_\_\_.; BATISTA JR., José Ribamar L. Análise discursiva da representação de atores sociais em situação de rua. In: IX SEMINÁRIO SALÍNGUAS. 2007. Rio de Janeiro. *Comunicação oral*. 2007.

BHASKAR, Roy. *Scientific realism and human emancipation*. Londres: Verso, 1986.

BILLIG, Michael. Critical discourse analysis and the development of new science. In: WEISS, Gilbert; WODAK, Ruth. *Critical discourse analysis: theory and interdisciplinarity*. Londres: MacMillan, 2003. p. 35 – 46.

\_\_\_\_\_. Nominalizing and de-nominalizing: a reply. *Discourse and Society*. n. 6 v. 19, 2008. p. 829 – 841.

BONELLA, Daniele S.; FRANTZ, Diogo. *Ditadura dos excluídos*. (arquivo eletrônico – em PDF – disponível na Internet). Ano (s/data).

BORGES, Selma Z. da S. *Um estudo da arquitetura textual do gênero entrevista*. 2007. 234 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Trad. Maria L. Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997 [1996].

\_\_\_\_\_. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BRACHO, Teresa. Exclusão educacional como dispositivo de exclusão social. In: OLIVEIRA, Maria Coleta (Org.). *Demografia da exclusão social: temas e abordagens*. Campinas: Editora da Unicamp, Nepo, 2001. p.119 – 144.

BRANDÃO, Beatriz H. B. *Habitando na rua: avaliação pós-ocupação e saúde pública em equipamentos urbanos para população de rua*. 166 p. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Curso de Pós-Graduação em Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

BUARQUE, Cristovam. *O que é apartação: o apartheid social no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993. (Coleção Primeiros Passos)

\_\_\_\_\_. Prefácio: A diáspora da modernidade. In: BURSZTYN, Marcelo; ARAÚJO, Carlos. H. *Da utopia à exclusão: vivendo nas ruas em Brasília*. Rio de Janeiro: Garamond; Brasília: Codeplan, 1997. p. 9 – 12.

\_\_\_\_\_. *Admirável mundo atual*. Dicionário pessoal dos horrores e esperanças do mundo globalizado. São Paulo: Geração Editorial, 2001.

BURNIER, José Roberto. Lula diz que fim da CPMF será compensada com cortes nas despesas. *Globo vídeo*. 2007. Disponível em <<http://video.globo.com/Videos/Player/Noticias/0,,GIM768854-7823-LULA+DIZ+QUE+FIM+DA+CPMF+SERA+COMPENSADA+COM+CORTES+NAS+DESPESAS,00.html>>. Acesso em: 28 dez. 2007.

BURSZTYN, Marcelo. Vira-mundos e ‘rola-bostas’. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Brasília: Garamond, 2000. p. 230 – 258.

\_\_\_\_\_.; ARAÚJO, Carlos. H. *Da utopia à exclusão: vivendo nas ruas em Brasília*. Rio de Janeiro: Garamond; Brasília: Codeplan, 1997.

CAETANO, Carmem J. M. *Medicina paliativa e análise de discurso crítica: identidade, ideologia e poder*. 2009. 410 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

CAMERON, Deborah. *Verbal hygiene*. Londres: Routledge, 1995.

CARVALHO, Christine M. S. *CD-Letras: Gênero discursivo, letramento e identidade*. 2006. 221p. Tese (Doutorado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

CARVALHO, José M. de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 [2001].

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 2. ed. Trad. Iraci D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 1998 [1995].

CASTRO, Marina P. S. *Pobreza, cidadania e direitos humanos no Brasil: um estudo sobre mídia e democracia*. 2006. 208 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Curso de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

CHOULIARAKI, Lilie. Media discourse and the public sphere. *D.E.L.T.A.* São Paulo, n. 21/Especial, 2005. p. 45-71.

\_\_\_\_\_.; FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1999.

CIMADAMORE Alberto D.; CATTANI, Antonio D. A construção da pobreza e da desigualdade na América Latina: uma introdução. In: CIMADAMORE Alberto D.; CATTANI, Antonio D. (Org.). *Produção de pobreza e desigualdade na América Latina*. Porto Alegre: Tomo; Clacso, 2007. p. 7 – 14.

COHEN, Louis; MANION, Lawrence. *Research methods in education*. 2. ed. Londres: Routledge, 1989.

DE LUCCA, Daniel. *A rua em movimento: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua*. 241 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

DEMO, Pedro. *Charme da exclusão social*. Campinas: Autores Associados, 1998.

\_\_\_\_\_. *Pobreza da pobreza*. Petrópolis: Vozes, 2003.

DENZIN, Norman K. *The research act in sociology: a theoretical introduction to sociological method*. Londres: The Butterworth Group, 1970.

\_\_\_\_\_. *The research act in sociology: a theoretical introduction to sociological method*. 3. ed. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1989 [1970].

\_\_\_\_\_.; LINCOLN, Yvonna. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Trad. Sandra R. Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006 [2003]. p. 15 – 41.

DIAS, Adriane T. *A 'nova' questão social e os programas de transferência de renda no Brasil*. 2006. 221 p. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Curso de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

DIAS, Tatiane R. N. *Práticas identitárias em relatos de mulheres vítimas de violência*. 2007. 144 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. Trad. Luis C. Borges, SilvanaVieira. São Paulo: Boi Tempo, 1997 [1991].

SCOREL, Sarah. *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

\_\_\_\_\_. Vivendo de teimoso: moradores de rua na cidade do Rio de Janeiro. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Brasília: Garamond, 2000. p. 139 – 171.

FAIRCLOUGH, Norman. *Language and power*. Londres: Longman, 1989.

\_\_\_\_\_. *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press, 1992.

\_\_\_\_\_. *Media discourse*. Londres: Edward Arnold, 1995.

\_\_\_\_\_. *Discurso e mudança social*. Coord. trad. revisão e prefácio à ed. brasileira Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001 [1992].

\_\_\_\_\_. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. Londres: Routledge, 2003.

\_\_\_\_\_. *Language and globalization*. Londres: Routledge, 2006.

\_\_\_\_\_. A dialectical-relational approach to critical discourse analysis. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael. (Org.) *Methods of critical discourse analysis*. 2. ed. (atualizada e modificada). Londres: Sage, 2009. p. 162 – 186.

FALCONE, Karina. *(Des)legitimação: ações discursivo-cognitivas para o processo de categorização social*. 671 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

FARIAS, Vera C. C. de. *Possibilidades de inserção/reinserção produtiva dos moradores de rua do Município de Porto Alegre*. 139 p. Dissertação (Mestrado em Assistência Social) – Curso de Pós-Graduação em Assistência Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

FLICK, Uwe. Uma introdução à pesquisa qualitativa. Trad. Sandra R. Netz. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004 [2002].

FOLHA DE S. PAULO. *Manual de redação*. 12. ed. São Paulo: Publifolha, 2007.

FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Power/knowledge*. New York: Harvester Wheatsheaf, 1980.

FOWLER, Roger. *Language in the news: discourse and ideology in the press*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1991.

FRANGELLA, Simone M. *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. 361p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

GALVANI, Débora. *Pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo: itinerários e estratégias na construção de redes sociais e identidades*. 261p. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Curso de Pós-Graduação em Ciências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. 4. ed. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2005 [2000]. p. 64 – 89.

\_\_\_\_\_.; BAUER, Martin W. Para uma prestação de contas pública: além da amostra, da fidedignidade e da validade. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 4. ed. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2005 [2000]. p. 470 – 490.

GILL, Rosalind. Análise de discurso. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 4. ed. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2005 [2000]. p. 244 – 270.

HALLIDAY, Michael A. K. *An introduction to functional grammar*. Londres: British Library Cataloguing in Publication Data, 1985.

HAMMERSLEY, Martyn. On the foundations of critical discourse analysis. *Language & Communication*. n. 3, v. 17, 1997. p. 237 – 248.

HARVEY, David. *Justice, nature and the geography of difference*. Oxford: Blackwell, 1996.

\_\_\_\_\_. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 10. ed. Trad. Adail U. Sobral, Maria S. Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2001 [1989].

HODGE, Robert; KRESS, Gunther. *Social semiotics*. Cambridge: Polity Press, 1988.

IAMAMOTO, Marilda V. A questão social no Capitalismo. *Temporalis*, ano II, n. 3, 2. ed. Brasília: ABEPSS/Gráfica Odisseia, 2004 [2001]. p. 9 – 32.

\_\_\_\_\_. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005 [1998].

IZIDORO, Alencar; GALVÃO, Vinícius Q. Kassab quer contrato para morador de rua. *Folha.com.br*. 2007. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u350527.shtml>>. Acesso em: 20 dez. 2007.

JÄGER, Siegfried; MAIER, Florentine. Theoretical and methodological aspects of Foucauldian critical discourse analysis and dispositive analysis. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael. (Org.) *Methods of critical discourse analysis*. 2.ed. (atualizada e modificada). Londres: Sage, 2009. p. 34 – 61.

JUSTO, Marcelo G. Vida nas ruas de São Paulo e alternativas possíveis – um enfoque sócio-ambiental. *InterfacEHS*, 3(1), 2008. p. 1 – 27 .

KINCHELOE, Joe; MCLAREN, Peter. Repensando a teoria crítica e a pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Trad. Sandra R. Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006 [2003]. p. 281 – 313.

KRESS, Gunther; VAN LEEUWEN, Theo. *Reading images: the grammar of visual design*. Londres: Routledge, 1996.

\_\_\_\_\_. *Multimodal discourse: the modes and media of contemporary communication*. Londres: Arnold, 2001.

LAGE, Nilson. Estruturas de textos midiáticos. In: 13º CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL. 2001. Campinas. *Palestra*. 2001a. Disponível em: <<http://www.jornalismo.ufsc.br/bancodedados/lage-textomidia.html>>. Acesso em: 03 jan. 2008.

\_\_\_\_\_. *Ideologia e técnica da notícia*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001b [1979].

\_\_\_\_\_. *Estrutura da notícia*. 6. ed. São Paulo: Ática, 2006 [1985].

\_\_\_\_\_. *Linguagem jornalística*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007 [1987].

LEAL, Giuliana F. *Exclusão social e ruptura dos laços sociais: análise crítica do debate contemporâneo*. 2008. 249 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

LEAL, Maria Christina D. O discurso jornalístico sobre privatizações e protestos nas ruas. *D.E.L.T.A.* São Paulo, n. 21/Especial, 2005. p. 73 – 92.

LIMA, Elcivanni S. *Identidade e discurso: um olhar crítico sobre a atuação do(a) intérprete de LIBRAS na educação superior*. 2006. 163 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

LIMA, Maria Cecília de. *Discursos e identidades de gênero no contexto da escola*. 2007. 231p. Tese (Doutorado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

LIMA, Ronaldo. “*Coca para nosotros es vida*”: a clivagem multimodal no discurso de uma propaganda política boliviana. 2007. 132 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_.; BESSA, Décio. Curso de linguística: teorias de análise de discurso x práticas de análise de discurso. Universidade do Estado da Bahia. Teixeira de Freitas, 2009.

LIMA FILHO, Francisco das C. Garantia constitucional dos direitos sociais e a sua concretização jurisdicional. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região*. Campo Grande: n.11. 2006. Disponível em: <[http://www.trt24.gov.br/arq/download/ESM/Revista\\_11\\_2006\\_2.pdf](http://www.trt24.gov.br/arq/download/ESM/Revista_11_2006_2.pdf)>. Acesso em: 04 jul. 2005.

LINCOLN, Yvonna; DENZIN, Norman K. O sétimo momento: deixando o passado para trás. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Trad. Sandra R. Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006 [2003]. p. 389 – 406.

LIRA, Luciane C. E. *Como se constrói uma mulher: uma análise do discurso nas revistas brasileiras para adolescentes*. 2009. 179 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.



MAGALHÃES, Amarildo P. *Sentido, história e memória em charges eletrônicas sobre o governo lula: os domínios do interdiscurso*. 2006. 247 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Curso de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.

MAGALHÃES, Izabel. Por uma abordagem crítica e explanatória do discurso. In: *D.E.L.T.A.*, n. 2 (2), São Paulo, 1986. p. 181-205.

\_\_\_\_\_. Teoria crítica do discurso e texto. *Linguagem em (Dis)curso*. Tubarão, v.4, n.especial. 2004. Disponível em: <<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0403/05.htm>>. Acesso em: 10 maio 2005.

\_\_\_\_\_. Introdução: a Análise de Discurso Crítica. *D.E.L.T.A.* São Paulo, n. 21/Especial, 2005. p. 1-9.

\_\_\_\_\_. Discurso, ética e identidades de gênero. In: MAGALHÃES, Izabel, CORACINI, Maria J., GRIGOLETTO, Marisa (Org.). *Práticas identitárias: língua e discurso*. São Paulo: Claraluz, 2006. p. 71 – 96.

\_\_\_\_\_. Texto de contracapa. In: RESENDE, Viviane de M. *Análise de discurso crítica e realismo crítico: implicações interdisciplinares*. Campinas: Pontes, 2009.

MARSHALL, Thomas H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967 [1949].

MARTINS, André R. N. *A polêmica construída: racismo e discurso da imprensa sobre a política de cotas para negros*. 2004. 201 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. Grupos excluídos no discurso da mídia: uma análise de discurso crítica. *D.E.L.T.A.* São Paulo, n. 21/Especial, 2005. p. 129 – 147.

MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

\_\_\_\_\_. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002.

MASON, Jennifer. *Qualitative researching*. 2. ed. Londres: Sage, 2002 [1996].

MATTOS, Ricardo M. e FERREIRA, Ricardo F. Quem vocês pensam que (elas) são? – Representações sobre as pessoas em situação de rua. *Psicologia e Sociedade*, 16(2), 2004. p. 47 – 58.

\_\_\_\_\_. O idoso em situação de rua: Sísifo revisitado. *Estudos de Psicologia*, Campinas, 22(1), 2005. p. 23 – 32.

MAUTNER, Gerlinde. Checks and balances: how corpus linguistics can contribute do CDA. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael. (Org.) *Methods of critical discourse analysis*. 2. ed. (atualizada e modificada). Londres: Sage, 2009. p. 122 – 143.

MEDINA, Cremilda. *Notícia: um produto a venda*. 2. ed. São Paulo: Summus, 2002 [1978].

MENDONÇA, Gabriel C. *Sentidos subjetivos de moradores de rua frente ao futuro*. 113 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2006.

META Instituto de Pesquisa de Opinião; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. *Sumário executivo: pesquisa nacional sobre a população em situação de rua*. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Abril de 2008.

MIGUEL, Luis Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. *Lua Nova*. São Paulo, n. 55-56, 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452002000100007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452002000100007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 10 jan. 2006.

MINAYO, Maria Cecília de S. Prefácio: Morrer é quase nada: horrível é não viver. In: ESCOREL, Sarah. *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999. p. 11 – 13.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. *Nota técnica: esclarecimentos metodológicos da pesquisa nacional sobre a população em situação de rua*. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. 2008a.

\_\_\_\_\_. *Política nacional para inclusão social da população em situação de rua: versão para consulta pública*. 2008b.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Trad. de Pedrinho A. Guareschi. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.) *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 4. ed. v. 2. São Paulo: Cortez, 2004. p. 101 – 142.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponibiliza o texto da Declaração Universal dos Direitos Humanos. 2007. Disponível em: <[http://www.onu-brasil.org.br/documentos\\_direitoshumanos.php](http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php)>. Acesso em: 03 jul. 2007.

NARO, Anthony J.; SCHERRE, Maria Marta P. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2007.

NASCIMENTO, Elimar. Hipóteses sobre a nova exclusão social. Salvador, *Cadernos CHR*, 21, 1994.

NEIVA, Paula. Começou a faxina. *Veja.com*. 2007. Disponível em <[http://veja.abril.com.br/071107/p\\_114.shtml](http://veja.abril.com.br/071107/p_114.shtml)>. Acesso em: 10 dez 2007.

NETTO, José P. Cinco notas a propósito da questão social. *Temporalis*, ano II, n. 3, 2. ed. Brasília: ABEPSS/Gráfica Odisseia, 2004. p. 41-50.

OLIVEIRA, Jair da Luz. *O processo de trabalho do assistente social e sua abordagem com moradores de rua*. 219 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Curso de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

OLIVEIRA, Luciano. Os excluídos “existem”? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, n.33, v.12,1997. p. 49 – 51. Disponível em <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_33/rbcs33\\_04.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_33/rbcs33_04.htm)>. Acesso em 10 set. 2007.

OLIVEIRA, Maria Coleta; PINTO, Luzia Guedes. Exclusão social e demografia: elementos para uma agenda. In: OLIVEIRA, Maria Coleta (Org.). *Demografia da exclusão social: temas e abordagens*. Campinas: Editora da Unicamp, Nepo, 2001. p. 13 – 23.

ORLANDI, Eni P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007 [1992].

OTTONI, Maria Aparecida R. *Os gêneros do humor no ensino de Língua Portuguesa: uma abordagem discursiva crítica*. 2007. 200 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

PACHECO, Marta C. de N. *Identidade e intertextualidade em narrativas de docentes e em textos de leis federais brasileiras, de 1960 a 2000*. 2006. 185 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

PASTORINI, Alejandra. *A categoria “questão social” em debate*. São Paulo: Cortez, 2004.

PAUGAM, Serge. *La desqualification sociale: essai sur la nouvelle pauvreté*. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.

PEREIRA, Camila P. *Rua sem saída: um estudo sobre a relação entre o Estado e a população de rua de Brasília*. 127 p. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Curso de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

PINTO, Maíra M. *Sou capaz: experiência de auto-organização de moradores de rua*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

POCHMANN, Marcio; AMORIM, Ricardo (Org.). *Atlas da exclusão social no Brasil*. v.1. São Paulo: Cortez, 2003.

POCHMANN, Marcio; CAMPOS, André; AMORIM, Ricardo; SILVA, Ronnie (Org.). *Atlas da exclusão social no Brasil*. v.2. São Paulo: Cortez, 2003.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Constituição*. Disponibiliza o texto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 05 maio 2007.

QUIRINO, Maurício Ricardo. Cotidiano – Enquanto isso na delegacia... *Charges.com.br*. 2004. Disponível em: <<http://www.charges.com.br>>. Acesso em: 22 jul. 2007.

RABAÇA, Carlos A.; BARBOSA, Gustavo G. *Dicionário de comunicação*. 3. ed. (Atualizada). São Paulo: Ática, 1998 [1978].

RADHAY, Rachael A. *Discurso e Poder na Política de Imigração Brasileira*. 2006. 334p. Tese (Doutorado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Editorial. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*. Brasília, v.5, 2001. p. 5 – 8.

\_\_\_\_\_. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2008 [2003].

RAMALHO, Viviane C. V. S. *O discurso da imprensa brasileira sobre a invasão anglo-saxônica ao Iraque*. 2005. 194 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. Diálogos teórico-metodológicos: análise de discurso crítica e realismo crítico. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*. Brasília, v. 8, 2006/2007. p. 78 – 104.

REIS, Daniela S. *O sistema de informação da situação de rua – SISRUA – uma contribuição para a política de assistência social na cidade de São Paulo*. 104 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

REISIGL, Martin; WODAK, Ruth. The discourse-historical approach (DHA). In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael. (Org.) *Methods of critical discourse analysis*. 2. ed. (atualizada e modificada). Londres: Sage, 2009. p. 87 – 121.

RESENDE, Viviane de M. *Análise de discurso crítica e etnografia: o movimento nacional de meninos e meninas de rua, sua crise e o protagonismo juvenil*. 2008. 332 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2008a.

\_\_\_\_\_. “Não é falta de humanidade, é pra dificultar a permanência deles perto de nosso prédio”: análise discursiva crítica de uma circular de condomínio acerca de “moradores de rua” em Brasília, Brasil. *Discurso & Sociedad*, 2 (2), 2008b. p. 422 – 444.

\_\_\_\_\_. *Análise de discurso crítica e realismo crítico: implicações interdisciplinares*. Campinas: Pontes, 2009.

\_\_\_\_\_.; RAMALHO, Viviane C. V. S. *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

RIBEAUD, Marie-Catherine. *Les enfants des exclus*. Paris: Stock, 1976.

RODRIGUES-JÚNIOR, Adail Sebastião. Análise Crítica do Discurso. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*. Belo Horizonte, n. 1, v. 9, 2009. p. 99 – 132.

ROSA, Cleisa M. M. *Vidas de rua, destino de muitos*. CD-ROM, Pesquisa Documental – um conjunto de reportagens jornalísticas publicadas sobre população de rua na cidade de São Paulo de 1970 a 1998. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais da PUC-SP, 1999.

\_\_\_\_\_. *Vidas de rua*. São Paulo: Hucitec / Associação Rede Rua, 2005.

ROSANVALLON, Pierre. *A nova questão social: repensando o Estado-providência*. Trad. Sérgio Bath. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998 [1995].

SANTOS, Boaventura de S. *Um discurso sobre as ciências*. 15. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2007 [1987].

\_\_\_\_\_. A reinvenção da emancipação social a partir das epistemologias do sul. In: SEMINÁRIO UNIVERSIDADE E SOCIEDADE. 2009. Universidade de Brasília. *Palestra*. 2009.

SANTOS, Edlene P. *O pauperismo de ontem e de hoje: raízes materiais e humano-sociais da “questão social”*. 2005. 244 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Curso de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

SANTOS, Milton. Entrevista / debate sobre a imagem do negro no Brasil. *Imagens*. Campinas, n. 4, 1995. p. 119 – 120.

SANTOS, Tania. Globalização e exclusão: a dialética da mundialização do capital. *Sociologias*, Porto Alegre, n.6, 2001. p. 170 – 198.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal de São Paulo, Secretaria Municipal de Assistência Social, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE. *Levantamento censitário e*

*caracterização socioeconômica da população moradora de rua na cidade de São Paulo: relatório.* São Paulo: SAS/FIPE, 2000. (mimeo.)

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal de São Paulo, Secretaria Municipal de Assistência Social, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE. *Estimativa do número de pessoas em situação de rua da cidade de São Paulo em 2003: relatório da pesquisa.* São Paulo: SAS/FIPE, 2003.

SARLET, Ingo W. *A eficácia dos direitos fundamentais.* 3. ed. (atualizada e ampliada) Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

SATO, Denise T. B. *A inclusão da pessoa com Síndrome de Down: identidades docentes, discursos e letramentos.* 2008. 149 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral.* 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1971. [1916].

SAWAIA, Bader. Introdução: exclusão ou inclusão perversa? In: SAWAIA, Bader. (Org.) *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial de ética da desigualdade social.* Petrópolis: Vozes, 2001.

SCHERRE, Maria Marta P. *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação, linguística, mídia e preconceito.* São Paulo: Parábola, 2005.

SILVA, Denise. E.G. *Pobreza e família: um enlace crítico voltado para o contexto brasileiro.* Trabalho apresentado no III Encontro Nacional do GELCO (Grupo de Estudos de Linguagem do Centro-Oeste) - I Colóquio Regional da ALED no Brasil. Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. A pobreza no contexto brasileiro: da exclusão econômica e social à ruptura familiar. *Discurso & Sociedad*, 2 (2), 2008, p. 265 – 296.

SILVA, Francisca Cordélia. O. da. *A construção social de identidades étnico-raciais: uma análise discursiva do racismo no Brasil.* 2009. Tese (Doutorado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SILVA, José A. da. *Aplicabilidade das normas constitucionais.* 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

SILVA, Luzia R. da. *As identidades femininas: discurso e letramento no contexto escolar.* 2008. 337 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. *Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005*. 2006. 220 p. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Curso de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. *Trabalho e população em situação de rua no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009.

SOUZA, Helga V. A. de. *A charge virtual e a construção de identidade*. 2007. 127 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Curso de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

SOUZA, Lídio de. Processos de categorização e identidade: solidariedade, exclusão e violência. In: SOUZA, Lídio; TRINDADE, Zeidi A. (Org.) *Violência e exclusão: convivendo com paradoxos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p. 57 – 74.

SPOSATI, Aldaíza *et al.* *Mapa da exclusão social da cidade de São Paulo – 2000: dinâmica social dos anos 90*. Disponível em: <<http://www.geopro.br/exclusao>>. Acesso em: 22 jul. 2003.

STREET, Brian. Debate no Painel: Gêneros textuais e instâncias profissionais (composto por STREET, Brian; OLIVEIRA, Maria do Socorro; CARLINO, Paula; ROJO, Roxane). V Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais – SIGET. Universidade de Caxias do Sul. *Conferência*. Caxias do Sul. 2009.

STUBBS, Michael. *Discourse analysis: the sociolinguistic analysis of natural language*. Oxford: Basil Blackwell, 1983.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Informativo STF n.407*. Apresenta resumos de decisões proferidas pelo Tribunal. 2005. Disponível em: <<http://www.stf.gov.br/noticias/informativos/antiores/info407.asp>>. Acesso em: 03 jul. 2007.

SWALES, John. *Genre analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TAVOLARO, Sergio B. F. Quando discursos e oportunidades políticas se encontram: para repensar a sociologia política da cidadania moderna. *Novos estudos – CEBRAP* [online]. n. 81, 2008. p. 117 – 136. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002008000200010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002008000200010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 13 maio 2009.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Trad. Grupo de Estudos sobre Ideologia, Comunicação e Representações Sociais da Pós-graduação do Instituto de Psicologia da PUCRS. Petrópolis: Vozes, 1995 [1990].

TIENE, Izalene. *Mulher moradora na rua: entre vivências e políticas sociais*. Campinas: Alínea, 2004.

TIRADENTES, Luciana R. *Identificação de diagnósticos de enfermagem em mulheres moradoras de rua*. 95 p. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Curso de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Guarulhos, Guarulhos, 2007.

TOOLAN, Michael. What is critical discourse analysis and why are people saying such terrible things about it? *Language and Literature*. n. 2, v. 6, 1997. p. 83 – 103.

TROSBORG, Anna. Introduction. In: TROSBORG, Anna. (Org.) *Analysing professional genres*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2000. p. vii-xvi.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teoria e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993 [1972]. p. 74 – 90.

VALENTE, Rubens. Lula critica delegado da PF e defende Mercadante. *Folha.com.br*. 2006. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2412200610.htm>>. Acesso em: 11 dez. 2007.

VAN DIJK, Teun A. Editorial: Analysing discourse analysis. *Discourse and Society*, n. 8, 1997. p. 5 – 9.

\_\_\_\_\_. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. Critical discourse studies: a sociocognitive approach. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael. (Org.) *Methods of critical discourse analysis*. 2. ed. (atualizada e modificada). Londres: Sage, 2009. p. 62 – 86.

VAN LEEUWEN, Theo. A representação dos atores sociais. In: PEDRO, Emília R. *Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, 1997. p. 169 – 122.

\_\_\_\_\_. *Discourse and practice: new tools for critical discourse analysis*. Nova York: Oxford University Press, 2008.

\_\_\_\_\_. Discourse as the recontextualization of social practice: a guide. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael. (Org.) *Methods of critical discourse analysis*. 2. ed. (atualizada e modificada). Londres: Sage, 2009. p. 144 – 161.

VARANDA, Walter e ADORNO, Rubens de C. F. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. *Saúde e Sociedade*, n.1, v.13, 2004. p. 56 – 69.



VÉRAS, Maura P.B., Exclusão social – um problema de 500 anos: notas preliminares. In: SAWAIA, Bader. (Org.) *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial de ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 27 – 50.

VIEIRA, Maria Antonieta da C.; BEZERRA, Eneida M. R.; ROSA, Cleisa M. M. *População de rua: quem é, como vive, como é vista*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2004 [1992].

WANDERLEY, Mariângela B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, Bader. (Org.) *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial de ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2001. p.16 – 26.

WIDDOWSON, Henry. Discourse analysis: a critical view. In: SEIDLHOFER, Barbara. (Org.) *Controversies in applied linguistics*. Oxford: Oxford University Press, 2003. p. 132 – 145.

WILSON, Carmem D. R. J. Notícia de jornal impresso e notícia de jornal eletrônico: um mesmo gênero ou gêneros diferentes? *Letra Magna*. Revista Eletrônica. n. 3. 2005. Disponível em: <<http://letramagna.com/carmemlucia.pdf>>. Acesso em 10 jan. 2007.

WODAK, Ruth. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. *Linguagem em (Dis)curso*. Tubarão, v. 4, n. especial, 2004 [2001]. Disponível em: <[http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0403/10.htm#\\_ftn1](http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0403/10.htm#_ftn1)>. Acesso em: 10 maio 2005.

\_\_\_\_\_.; MEYER, Michael. Critical discourse analysis: history, agenda, theory e methodology. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael. (Org.) *Methods of critical discourse analysis*. 2. ed. (atualizada e modificada). Londres: Sage, 2009. p. 1 – 33.

XAVIER, Sandro. *As vozes de mulheres profissionais do sexo sobre a legalização do seu trabalho: discurso e gênero*. 2008. 151 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

XIMENES, Telma Maria. *Violência, educação e exclusão social: memória e representações da população em uma micro-região do município de Campinas-SP*. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – Curso de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

## Apêndices

## APÊNDICE A – *E-mail* encaminhado ao MDS sobre a minuta da Política Nacional

### Breves comentários sobre minuta da Política Nacional

Décio Bessa

– As seguintes obras citadas não constam nas referências:  
(Cíntia Sarti, 2000); (Frederico, 2005); (Gregori, (2000); (Martins,1994); (Novak,1997).

– Entendo que o uso do termo “povo da rua” pode ter essa interpretação positiva apresentada na citação abaixo:

Faz-se relevante perceber que o termo “povo da rua” tem passado por revalorização e ressignificação positiva, devido ao valoroso papel dos movimentos organizados de pessoas em situação de rua, dentro da ideia de protagonismo social e autonomia sobre suas vidas. (pág. 8)

porém, creio que o termo tem que ser repensado, até pelos próprios Movimentos. As pessoas em situação de rua querem permanecer assim? Da nossa parte, não desejamos isso, sei que elas também não. Então, dizer “povo DA rua” “população DE rua” transmite a ideia de situação fixa e pode colaborar com a naturalização do problema social.

– Conforme debatemos no evento da UnB, a questão relativa aos motivos de passar a morar nas ruas pode ter apresentado problemas na aplicação da entrevista. O Anderson, do Movimento, por exemplo, não atribui a álcool e drogas a primeira razão. Do modo como se apresenta (ver abaixo), podemos estar reforçando um estigma contra pessoas em situação de rua. Sugiro que, caso não haja reavaliação desse dado de pesquisa, haja uma frase inicial explicando as correlações e dando ênfase aos percentuais muito parecidos das respostas.

Os principais motivos pelos quais essas pessoas passaram a viver e morar na rua se referem aos problemas de alcoolismo e/ou drogas (35,5); desemprego (29,8%) e desavenças com pai/m/mãe/irmãos (29,1%). Dos entrevistados no censo, 71,3% citaram pelo menos um desses três motivos (que podem estar correlacionados em ter si ou ser consequência do outro). (pág. 11)

– Repetição de trecho da pág.11 na pág.12)

A maioria costuma dormir na rua (69,6%). Um grupo relativamente menor (22,1%) costuma dormir em albergues ou outras instituições. Apenas 8,3% costuma alternar, ora dormindo na rua, ora dormindo em albergues.

Na última semana (em relação à data da entrevista) a maioria dormiu somente na rua (60,5%). Pernoitaram somente em albergues ou em outras instituições 20%. E alternaram rua e albergue 8,3%. Preferem dormir na rua 46,5% dos entrevistados, enquanto 43,8% manifestaram preferência por dormir em albergues. Dentre aqueles que manifestaram preferência por dormir em albergue, 69,3% apontaram a violência como principal motivo da não preferência por dormir na rua. O segundo principal motivo foi o desconforto (45,2%). Dentre os que

manifestaram preferência por dormir na rua, 44,3% apontaram a falta de liberdade como o principal motivo. O segundo principal motivo da não preferência em dormir no albergue foi o horário (27,1%) e o terceiro a proibição do uso do álcool e drogas (21,4%) ambos igualmente relacionados com a falta de liberdade.

– Talvez seja possível um cruzamento dos dados estatísticos para observar o desemprego como um problema principal. Os trechos abaixo registram que:

Cerca de 60% das pessoas em situação de rua entrevistadas afirmaram já ter passado por pelo menos uma das instituições citadas (pág. 12)

40%, então, não passaram por instituições (é possível observar que a instituição citada que traz menor estigma para os indivíduos é “abrigo institucional”)

Dos que já moraram em outra(s) cidade(s), 44,8% se deslocaram em função da procura de oportunidades de trabalho. (pág. 12)

A população em situação de rua é composta, em grande parte, por trabalhadores: 70,9% exercem alguma atividade remunerada. (pág. 13)

O resultado percentual desse cruzamento, identificando as pessoas que não passaram por instituição<sup>55</sup>, mudaram-se de cidade em busca de emprego e são trabalhadores/as, pode ser muito significativo. Um grupo menos heterogêneo, como esse, talvez possa ser alvo de políticas públicas mais específicas e possa deixar a situação de rua com maior facilidade (recebendo o apoio devido).

Talvez essa seja uma boa ideia : dentro de toda a heterogeneidade que une as pessoas em situação de rua, identificar grupos com características mais próximas pode colaborar nas ações que o Estado e a sociedade devem ter

– O modo como se apresenta a questão da alimentação pode sugerir algo positivo, que não é. Quantas pessoas em situação de rua fazem, ao menos, **três** refeições por dia? Essa pergunta foi feita? Uma vez só já é um absurdo, pior ainda é não se alimentar todos os dias.

A maioria (79,6%) consegue fazer ao menos uma refeição ao dia, sendo que 27,1% compram a comida com o seu próprio dinheiro e 4,3% utilizam o restaurante popular. Não conseguem se alimentar todos os dias (ao menos uma refeição por dia) 19,0% dos entrevistados. (pág. 13)

– A minuta emprega bem o reconhecimento de cidadania das pessoas em situação de rua. Em um trabalho que apresentei na UnB, chamei a atenção para algumas opções para nomear esse grupo, entre elas: cidadãos/cidadãs que estão morando nas ruas (indica o ‘morar’, mas não de forma fixa) ou cidadãos/cidadãs em situação de rua. É uma forma de reconhecer explicitamente a cidadania e de provocar um outro olhar sobre essas pessoas na perspectiva do uso da linguagem em relação com as práticas sociais. Quanto à minuta, consta esse trecho:

<sup>55</sup> Sugiro que cruze os dados com quem não esteve em instituição nenhuma ou quem só esteve em albergue (‘abrigos institucionais’).

IV - Promoção e garantia da cidadania e dos direitos humanos; (pág. 15)

Sugiro que seja retirada a palavra “promoção”. Entendo a intenção, contudo parece ser mais importante reconhecer que são cidadãos/cidadãs e precisam das garantias a que têm direito.

– É possível que um questionamento direto, com pergunta aberta, para as pessoas em situação de rua apresente ótimos resultados e colabore na decisão do que fazer. Talvez o próprio Movimento Social consiga esses dados. Perguntas como:

- Você está vivendo essa situação hoje, se eu lhe perguntasse: — o que você deseja?, qual seria sua resposta?
  - O que vc desejaria fazer?
  - O que vc desejaria ter?

## APÊNDICE B – *E-mail* encaminhado ao MDS sobre a Consulta Pública da Política Nacional

Sugestões para a POLÍTICA NACIONAL PARA INCLUSÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, a qual foi disponibilizada para consulta pública.

### Identificação

“População em situação de rua” ou “pessoas em situação de rua” têm sido formas de melhor nomear as pessoas que estão passando por esse problema social. O esforço para chegar a uma melhor designação deve continuar; assim como todas as lutas e ações para tratar dessa questão.

Essas pessoas são cidadãs e precisam ser reconhecidas e tratadas dessa maneira. O estabelecimento do primeiro Princípio, de “Promoção e garantia da cidadania”, demonstra isso. Mesmo assim, é preciso fazer a seguinte reflexão: embora a maioria dessas pessoas não esteja gozando do pleno exercício de sua cidadania, isso não lhes retira a condição ou *status* de cidadãs. Esse reconhecimento por meio da própria designação na Política Pública já seria uma grande demonstração da mudança que está ocorrendo, inclusive na luta contra o preconceito social (Princípio IV).

Diante do exposto, sugiro a seguinte designação: **cidadãos e cidadãs em situação de rua**. Seria, então, uma *Política Nacional para Cidadãos e Cidadãs em Situação de Rua*.

Há, nessa perspectiva, o reconhecimento de gênero social na linguagem utilizada, pois existem muitas mulheres que também estão em situação de rua.

O possível argumento contrário a essa forma de identificação seria dizer que ela não faria distinção clara entre os demais cidadãos e cidadãs. Em primeiro lugar, isso é ótimo, pois o que cria a diferença é simplesmente a “situação de rua”. Em segundo lugar, os termos “população” ou “pessoas” trazem em si o mesmo problema de distinção.

Ser identificado/nomeado como cidadão ou como cidadã modifica, de certa maneira, até mesmo o olhar para essas pessoas, inclusive quanto às obrigações do Estado em relação a elas. Modifica-se também o olhar das pessoas em situação de rua para si mesmas, compreendendo a cidadania como parte de sua identidade. Dessa maneira, o próprio uso da linguagem trabalha a favor da auto-estima e da transformação social.

### Educação

Conforme o número de cidadãos e cidadãs em situação de rua nos municípios é possível pensar em formação escolar (continuidade) para boa parte deles e delas. Além da inserção no sistema regular de ensino, pode-se pensar na abertura de **escola/programa específico para atendimento do grupo** (até mesmo para funcionamento de ensino regular só para essas

peessoas). Remunerar esses/as estudantes poderia ser uma ação de grande estímulo. Poderia ser pensado também, paralelamente, em oferta de oportunidades de trabalho remunerado que não prejudicassem esses estudos, fazendo parte de ações coordenadas para favorecer a saída da situação de rua.

Lamentavelmente, o ensino regular público tem sérios problemas quanto à qualidade. Concluir o segundo grau só por concluir tem um valor simbólico, mas pouco prático (diante das demandas dessas pessoas). Muitos desses cidadãos e cidadãs precisariam de apoio, por exemplo, para o retorno às atividades escolares e para o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades.

Quanto a **pesquisas em universidades e organizações sociais**, é importante ter demandas específicas (como já consta no documento), mas o estímulo deve estender-se a **qualquer tipo de pesquisa que se relacione ao problema da situação de rua**, pois quanto maior e de melhor qualidade for o conhecimento, melhores serão as condições de intervenção com eficácia.

Cursos de **graduação** como Serviço Social, Enfermagem, Medicina, entre outros, deveriam **abordar o tema cidadãos e cidadãs em situação de rua como parte de ementa de disciplina** correlacionada ou como atividades curriculares complementares obrigatórias. Dessa maneira, a preparação já seria realizada na formação regular.

**Cursos de Especialização (Lato Sensu) sobre cidadãos e cidadãs em situação de rua** também poderiam ser ofertados para os profissionais que trabalham com essas cidadãs e com esses cidadãos. A difusão desses conhecimentos e a valorização do tema no meio científico e governamental se tornariam um maior atrativo, gerando uma melhor capacitação, melhor tratamento e melhores possibilidades para se resolver essa questão social tão séria.

### **Assistência social**

Assim como existe o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), vinculado aos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), deveria haver um **Programa para Cidadãos e Cidadãs em Situação de Rua** (atendendo de maneira efetiva o artigo 23 da Lei Orgânica da Assistência Social), o qual estaria vinculado aos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS).

O Governo Federal seguiria, então, os mesmos moldes dos programas de assistência em funcionamento, que já preveem formas de articulação nos planos federal, estadual/distrital e municipal. A intersetorialidade pretendida pode ser articulada eficazmente sob a coordenação de um Programa como esse. Um Programa específico para um problema social especial de alta complexidade certamente traria ótimos resultados.

Entre tantas vantagens possíveis, podemos pensar que um *site* desse Programa, por exemplo, se tornaria um excelente meio de comunicação nacional sobre o tema, divulgando: ações, publicações (livros, pesquisas), eventos, avaliações de programas, resultados, problemas, links de organizações e movimentos etc.

## Trabalho

Estabelecer para o Programa **para Cidadãos e Cidadãs em Situação de Rua** um Plano semelhante ao **Plano Setorial de Qualificação e Inserção Profissional** (Planseq - Bolsa Família). Uma ação como essa poderia resolver grande parte dos problemas relacionados a trabalho e renda.

É preciso pensar em **trabalho com boa renda** para esses cidadãos e essas cidadãs. A catação de material reciclável (mesmo em cooperativas/associações), determinados trabalhos artesanais ou de construção civil (ajudante de pedreiro) mantém uma proximidade muito grande com a pobreza extrema, principalmente para quem perdeu tudo. O vínculo com o trabalho é muito importante, mas o resultado financeiro desse trabalho precisa ser estimulador na difícil tarefa de saída das ruas.

Diante do exposto, pensar em **qualificações para trabalhos** na área de tecnologia<sup>56</sup> e outras **áreas que gerem empregabilidade** para as pessoas é uma resposta de qualidade para a demanda de trabalho e renda. Até mesmo a construção civil (de empreendimentos de grande e médio porte) tem áreas carentes de profissionais com qualificações específicas e que recebem boa remuneração.

## Os principais motivos pelos quais essas pessoas passaram a viver e morar na rua

Conforme apresentado na Introdução (da Política Nacional), a pobreza extrema é um fator que está relacionado fortemente ao processo que leva cidadãos e cidadãs à situação de rua. A limitação de recursos financeiros, o desemprego, assim como trabalhos de baixa remuneração, causa grandes dificuldades para essas pessoas, em muitos casos isso interfere nas relações familiares e influencia o uso abusivo de álcool ou drogas. Na pesquisa, as pessoas entrevistadas respondiam quais foram os principais motivos que as levaram à situação de rua; *35,5% se referiram aos problemas de alcoolismo e/ou drogas; 29,8% ao desemprego e 29,1% a desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%). Dos entrevistados no censo, 71,3% citaram pelo menos um desses três motivos (que podem, muitas vezes, estar correlacionados).*

*No entanto, destacamos que os problemas com familiares, em conjunto, abrangendo as separações amorosas, apresentou o maior percentual relativo das motivações para a ida a rua. O problema do uso abusivo de álcool e de drogas destacou-se como o segundo aspecto mais relevante, e, em terceiro, o desemprego.* Uma futura pesquisa qualitativa poderá indicar com maior precisão o que teria gerado a fragilização das relações familiares ou acentuado o problema com alcoolismo e/ou drogas, por exemplo.

**Os dois parágrafos anteriores** são formados por parte do texto da Política Nacional (em itálico) acrescidos de sugestões. Perguntar a alguém: “Quais foram os principais motivos

---

<sup>56</sup> Certamente há funções que demandam conhecimentos práticos que podem ser adquiridos em capacitações que não sejam de longa duração ou que possam conciliar o desenvolvimento dos estudos com a execução de serviços para os quais a capacitação já foi suficiente. Nem todos os trabalhos na área de tecnologia (apenas como exemplo) dependem de um conhecimento escolar formal avançado.



pelos quais você passou a viver e morar na rua?”<sup>57</sup> trará respostas que, provavelmente, apresentam apenas o ápice do problema, o “estopim”.

A precariedade financeira e o desemprego da pessoa que é a principal mantenedora do lar podem provocar a “tentativa de fuga” por meio do álcool, com possibilidades de ocasionar o consumo abusivo. Uma circunstância como essa é capaz de gerar rompimentos familiares. Nesse exemplo hipotético, a resposta de um entrevistado poderia ser simplesmente “o enfraquecimento do vínculo com a família”, ou somente “o alcoolismo”. No entanto, o principal problema gerador do processo não apareceria nos dados da pesquisa, trazendo um resultado de menor confiabilidade.

Outra possibilidade a se pensar paralelamente seria apresentar os dados da seguinte forma:

xx,x% se referiram aos problemas com familiares (desavenças com pai/mãe/irmãos e separações amorosas); 35,5% aos problemas de alcoolismo e/ou drogas e 29,8% ao desemprego. Dos entrevistados no censo, xx,x% citaram pelo menos um desses três motivos (que podem, muitas vezes, estar correlacionados).

Os dados relativos à família já apareceriam agrupados (seguindo as discussões de todo o documento que tratam de “vínculos familiares” de forma geral) e já seriam a principal razão apresentada, tornando desnecessário o parágrafo seguinte. A sugestão de inserção sobre a pesquisa qualitativa pode ser mantida, ficando no final do primeiro parágrafo.

Apenas para apresentar um resultado das discussões nesse tópico, **o parágrafo poderia ficar assim:**

Conforme apresentado na Introdução (da Política Nacional), a pobreza extrema é um fator que está relacionado fortemente ao processo que leva cidadãos e cidadãs à situação de rua. A limitação de recursos financeiros, o desemprego, assim como trabalhos de baixa remuneração, causam grandes dificuldades para essas pessoas, em muitos casos isso interfere nas relações familiares e influencia o uso abusivo de álcool ou drogas. Na pesquisa, as pessoas entrevistadas respondiam quais foram os principais motivos que as levaram à situação de rua; xx,x% se referiram aos problemas com familiares (desavenças com pai/mãe/irmãos e separações amorosas); 35,5%, aos problemas de alcoolismo e/ou drogas; e 29,8%, ao desemprego. Dos entrevistados no censo, xx,x % citaram pelo menos um desses três motivos (que podem, muitas vezes, estar correlacionados). Uma futura pesquisa qualitativa poderá indicar com maior precisão o que teria gerado a fragilização das relações familiares ou acentuado o problema com alcoolismo e/ou drogas, por exemplo.

Os acréscimos apresentados e as alterações sugeridas ao texto da Política Nacional são para reflexão antes da versão final, pois o suposto problema da pesquisa quanto a esses dados (dos motivos de passar à situação de rua) soma-se a um resultado que favorece o preconceito quanto aos cidadãos e cidadãs que estão em situação de rua.

Saudações,

Décio Bessa

---

<sup>57</sup> Estou utilizando como base a frase que apresenta os dados na Política Nacional, não sei se a pergunta foi exatamente essa.

**ANEXOS**

## ANEXO Y – Questionário Censitário da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua

QUESTIONÁRIO REDUZIDO					
PESQUISADOR			DIA		
LOCAL DA ENTREVISTA (Assinale e codifique no campo ao lado)					
1. Calçada	2. Viaduto	3. Praça	4. Rodoviária	5. Embarcações	
6. Albergue:	7. Outro: _____				
ENDEREÇO (Rua, nº./Bairro)			/		
CIDADE		UF (Sigla/Código)	/		
<b>1. ONDE COSTUMA DORMIR (PONTO DE PERNOITE)? (Não ler as alternativas)</b>					
1. Rua (calçada, viaduto, praça, rodoviária, cemitério, barcos, praias, etc.)					
2. Albergue (peloite gratuito, abrigo, casa de passagem, asilo, etc.). <b>Há quanto tempo dorme somente em albergue?</b>					
3. Ambos _____					
4. Nenhuma das alternativas anteriores – <b>ENCERRE A ENTREVISTA</b>					
<b>2. IDADE DECLARADA (SE MENOR DE 18 ANOS, ENCERRE A ENTREVISTA)</b>					
<b>3. NA ÚLTIMA SEMANA QUANTAS NOITES VOCÊ DORMIU...</b>					
3.1. Na rua: _____	3.2. No albergue: _____	3.3. Outro _____			
<b>4. DESDE QUANDO MORA/DORME NA RUA/ALBERGUE EM (cidade da entrevista)? (Não ler alternativas)</b>					
1. Menos de 1 mês	4. Mais de 1 ano até 2 anos	7. Desde que nasceu			
2. Mais de 1 mês até 6 meses	5. Mais de 2 anos até 5 anos	8. Não sabe/Não lembra			
3. Mais de 6 meses até 1 ano	6. Mais de 5 anos	9. Não Respondeu			
<b>5. NA RUA/ALBERGUE TOMA CONTA DE ALGUMA CRIANÇA E (OU) ADOLESCENTE?</b>					
1. Sim. Quantas? _____	2. Não	3. Não respondeu			
<b>6. QUAIS OS PRINCIPAIS MOTIVOS PELOS QUAIS VOCÊ PASSOU A VIVER/MORAR NA RUA/ALBERGUE? (Anotar até 3, sem ler as alternativas)</b>					
1. Perda da moradia	5. Alcoolismo/drogas	9. Preferência/Opção própria			
2. Ameaça / Violência	6. Desemprego	10. Outro: _____			
3. Problemas com pai/mãe/irmãos	7. Trabalho	11. Não sabe/Não lembra			
4. Separação/decepção amorosa	8. Tratamento de Saúde	12. Não Respondeu			
<b>7. ALÉM DE RUA/ALBERGUES, VOCÊ COSTUMA DORMIR EM ALGUM OUTRO LOCAL ? (Não ler as alternativas)</b>					
1. Não. Só em rua / albergue / ambos,	5. Hotel/Pousada/Pensão				
2. Casa de amigo ou parente	6. Hospital				
3. Casa própria	7. Outro: _____				
4. Casa alugada	8. Não respondeu				
<b>8. ONDE MORAVA ANTES DE VIR PARA (cidade da entrevista)? (APENAS O ÚLTIMO LOCAL)</b>					
1. Não se aplica (codifique o campo com o número 1 para os casos em que sempre viveu/morou na cidade da entrevista)					
8.1. Município: _____					
8.2. Estado: _____	8.3. País: _____				
8.4. Em área	1. Urbana	2. Rural			
<b>9. O QUE VOCÊ FAZ PARA GANHAR DINHEIRO HOJE EM DIA? (PRINCIPAL, sem ler as alternativas)</b>					
1. Construção civil/Pedreiro	5. Limpeza	9. Outro: _____			
2. Cuida de carros/Flanelinha	6. Pede dinheiro				
3. Carregador/Estivador	7. Vendas	10. Não respondeu			
4. Catador de material reciclável	8. Aposentado				
<b>10. VOCÊ RECEBE AJUDA/BENEFÍCIO DO GOVERNO? QUAL?(Não ler alternativ)</b>					
1. Não Recebe	4. Cesta Básica de alimentos	7. Não Sabe/Não lembra			
2. Bolsa Família	5. Aposentadoria	8. Outro: _____			
3. LOAS/BPC	6. Vale Transporte	9. Não respondeu			
<b>11. COMPLETOU OS ESTUDOS ATÉ QUE SÉRIE/GRAU?</b>					
1. Não sabe/Não lembra	2. Nunca estudou	3. Superior completo			
11.1. Série/Ano: _____	11.2. Grau: _____	Outros: _____			
<b>VOCÊ POSSUI OS SEGUINTES DOCUMENTOS</b>				1. Sim	2. Não
12. Carteira de Identidade					
13. CPF					
14. Carteira de trabalho					
15. Título de eleitor					
16. Certidão de nascimento/Casamento					
17. SEXO	1. Masculino	2. Feminino			
<b>18. RAÇA/COR DECLARADA (ler alternativas)</b>					
1. Branco	2. Preto	3. Pardo	4. Amarelo/Oriental	5. Indígena	
<b>NOME DO ENTREVISTADO</b>					

## ANEXO Z – Questionário Amostral da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua

## QUESTIONÁRIO COMPLETO

PESQUISADOR		DIA	
LOCAL DA ENTREVISTA (Assinale e codifique no campo ao lado)			
1. Calçada	2. Viaduto	3. Praça	4. Rodoviária
6. Albergue:	7. Outro: _____		
ENDEREÇO (Rua, nº./Bairro)		/	
CIDADE	UF (Sigla/Código)		/
<b>1. ONDE COSTUMA DORMIR (PONTO DE PERNOITE)? (Não ler as alternativas)</b>			
1. Rua (calçada, viaduto, praça, rodoviária, cemitério, barcos, praias, etc.)			
2. Albergue (pernoite gratuito, abrigo, casa de passagem, asilo, etc.). <b>Há quanto tempo dorme somente em albergue?</b> _____			
3. Ambos _____			
4. Nenhuma das alternativas anteriores – <b>ENCERRE A ENTREVISTA</b>			
<b>2. IDADE DECLARADA</b>			
SE MENOR DE 18 ANOS, ENCERRE A ENTREVISTA			
<b>3. NA ÚLTIMA SEMANA QUANTAS NOITES VOCÊ DORMIU...</b>			
3.1. Na rua: _____		3.2. No albergue: _____	
		3.3. Outro _____	
<b>4. DESDE QUANDO MORA/DORME NA RUA/ALBERGUE EM (cidade da entrevista)? (Não ler alternativas)</b>			
1. Menos de 1 mês		4. Mais de 1 ano até 2 anos	
2. Mais de 1 mês até 6 meses		5. Mais de 2 anos até 5 anos	
3. Mais de 6 meses até 1 ano		6. Mais de 5 anos	
		7. Desde que nasceu	
		8. Não sabe/Não lembra	
		9. Não Respondeu	
<b>5. NA RUA/ALBERGUE TOMA CONTA DE ALGUMA CRIANÇA E (OU) ADOLESCENTE?</b>			
1. Sim. Quantas? _____		2. Não	
		3. Não respondeu	
<b>6. QUAIS OS PRINCIPAIS MOTIVOS PELOS QUAIS VOCÊ PASSOU A VIVER/MORAR NA RUA/ALBERGUE? (Anotar até 3, sem ler as alternativas)</b>			
1. Perda da moradia		5. Alcoolismo/drogas	
2. Ameaça / Violência		6. Desemprego	
3. Problemas com pai/mãe/irmãos		7. Trabalho	
4. Separação/decepção amorosa		8. Tratamento de Saúde	
		9. Preferência/Opção própria	
		10. Outro: _____	
		11. Não sabe/Não lembra	
		12. Não Respondeu	
<b>7. ENTRE DORMIR NA RUA OU NO ALBERGUE, O QUE VOCE PREFERE?</b>			
1. Albergue		2. Rua	
		3. Não Sabe	
		4. Não Respondeu	
		5. Não se aplica	
SE RESPONDER “1.Albergue”, PULE PARA QUESTÃO 9			
SE RESPONDER “2.Rua”, SIGA QUESTÃO 8			
SE RESPONDER “3.Não sabe” OU “4.Não respondeu” OU “5. Não se aplica”, PULE PARA QUESTÃO 10			
<b>8. POR QUE NÃO PREFERE DORMIR EM ALBERGUE? (Anotar até 3, sem ler as alternativas)</b>			
1. Dificuldade em conseguir vagas		5. Horários	
2. Proibição de uso de álcool e/ou drogas		6. Falta de liberdade	
3. Proibição de sexo		7. Maus tratos/violência	
4. Banho obrigatório		8. Outro: _____	
		9. Não conhece	
		10. Não respondeu	
<b>QUALQUER QUE SEJA A RESPOSTA NA QUESTÃO 8, PULE PARA A QUESTÃO 10</b>			
<b>9. POR QUE NÃO PREFERE DORMIR NA RUA? (Anotar até 3, sem ler as alternativas)</b>			
1. Aspectos climáticos (frio, calor, chuva, sol)		4. Desconforto	
2. Violência		5. Dificuldade para higiene pessoal	
3. Ação Policial		6. Outro: _____	
<b>10. ALÉM DE RUA/ALBERGUES, VOCÊ COSTUMA DORMIR EM ALGUM OUTRO LOCAL ? (Não ler as alternativas)</b>			
1. Não. Só em rua / albergue / ambos.		5. Hotel/Pousada/Pensão	
2. Casa de amigo ou parente		6. Hospital	
3. Casa própria		7. Outro: _____	
4. Casa alugada		8. Não respondeu	
<b>VOCÊ JÁ PASSOU POR ALGUM DESSES LUGARES?</b>			
			1. Sim
			2. Não
11. Orfanatos/Internatos			
12. Hospital/Clinica geral			
13. Hospital psiquiátrico			
14. Casa de recuperação de dependentes químicos			
15. FEBEM (ou similar)			
16. Casa de detenção			
17. Abrigo institucional			

<b>18. LOCAL DE NASCIMENTO</b>			
18.1. Município: _____			
18.2. Estado: _____		18.3. País: _____	
<b>19. HÁ QUANTO TEMPO ESTÁ EM (cidade da entrevista)? (Não ler)</b>			
1. Menos de 6 meses	3. De 2 a 5 anos	5. Não sabe/Não lembra	
2. De 6 meses a 2 anos	4. Mais de 5 anos	6. Sempre viveu nesta cidade	
<b>SE A RESPOSTA FOR OPÇÃO “6”, PULE PARA 24, CASO CONTRÁRIO SIGA NA QUESTÃO 20</b>			
<b>20. EM QUANTAS CIDADES VOCÊ JÁ VIVEU ANTES DE VIR PARA (cidade da entrevista)?</b>			
<b>21. ONDE MORAVA ANTES DE VIR PARA (cidade da entrevista)? (APENAS O ÚLTIMO LOCAL)</b>			
21.1. Município: _____			
21.2. Estado: _____		21.3. País: _____	
21.4. Em área	1. Urbana	2. Rural	
<b>22. DORMIA NA RUA/ALBERGUE NA CIDADE ONDE MORAVA (cidade citada na questão anterior)?</b>			
1. Sim	2. Não	3. Não Sabe	4. Não Respondeu
<b>23. POR QUE VEIO PARA (cidade da entrevista)? (Não ler as alternativas)</b>			
1. Procurar trabalho	4. Desavenças familiares		
2. Tratamento de saúde	5. Outro: _____		
3. Acompanhar familiar	6. Não sabe/Não lembra		
<b>24. TEM PARENTES QUE MORAM EM (cidade da entrevista)?</b>			
1. Sim	2. Não	3. Não sabe	4. Não respondeu
<b>SE RESPONDER “1. Sim”, SIGA NA 25, CASO CONTRÁRIO PULE PARA A QUESTÃO 27</b>			
<b>25. COM QUE FREQUÊNCIA MANTÉM CONTATO COM ESSES PARENTES? (Não ler as alternativas)</b>			
1. Não mantém contato	5. Bimestralmente (2 em 2 meses)	9. Anualmente	
2. Diariamente	6. Trimestralmente (3 em 3 meses)	10. Não sabe/Não lembra	
3. Semanalmente	7. Quadrimestralmente (4 em 4 meses)	11. Outro: _____	
4. Mensalmente	8. Semestralmente (6 em 6 meses)		
<b>26. COMO É SEU RELACIONAMENTO COM SEUS PARENTES QUE VIVEM EM (cidade da entrevista)?</b>			
1. Muito Bom	4. Muito Ruim	7. Não respondeu	
2. Bom	5. Não tem relacionamento		
3. Ruim	6. Não sabe / Não lembra		
<b>27. MANTÉM CONTATO COM FAMÍLIA QUE MORA FORA DE (cidade da entrevista)?</b>			
1. Sim	3. Não têm parentes fora desta cidade	5. Não respondeu	
2. Não	4. Não sabe/Não lembra		
<b>28. VOCÊ TEM PROFISSÃO?</b>			
1. Sim - Qual _____		2. Não	3. Não sabe
<b>29. O QUE VOCÊ FAZ PARA GANHAR DINHEIRO HOJE EM DIA? (Anotar a atividade PRINCIPAL, sem ler as alternativas)</b>			
1. Construção civil/Pedreiro	5. Limpeza	9. Outro: _____	
2. Cuida de carros/Flanelinha	6. Pede dinheiro	_____	
3. Carregador/Estivador	7. Vendas	10. Não respondeu	
4. Catador de material reciclável	8. Aposentado		
<b>30. QUANTO GANHA EM MÉDIA POR SEMANA (R\$)? (NS para não sabe; NR para não resposta)</b>			
<b>31. ATUALMENTE TRABALHA COM CARTEIRA ASSINADA?</b>			
1. Sim	2. Não	3. Não sabe	
<b>SE RESPONDER “2.Não” ou “3.Não sabe” SIGA 32, CASO CONTRÁRIO PULE PARA 34</b>			
<b>32. JÁ TRABALHOU ALGUMA VEZ COM CARTEIRA ASSINADA?</b>			
1. Sim	2. Não	3. Não sabe	<b>SE RESPONDER SIM SIGA 33, SENÃO PULE PARA 34</b>
<b>33. SE SIM, HÁ QUANTO TEMPO ATRÁS?</b>			
1. Há menos de 6 meses	3. De 1 ano a 2 anos	5. Mais de 5 anos	
2. De 6 meses a 1 ano	4. De 2 anos a 5 anos	6. Não sabe/Não lembra	
<b>34. VOCÊ RECEBE AJUDA/BENEFÍCIO DO GOVERNO? QUAL? (Não ler alternativ)</b>			
1. Não Recebe	4. Cesta Básica de alimentos	7. Não Sabe/Não lembra	
2. Bolsa Família	5. Aposentadoria	8. Outro: _____	
3. LOAS/BPC	6. Vale Transporte	9. Não respondeu	
<b>35. VOCÊ SE ALIMENTA TODOS OS DIAS?</b>			
1. Sim	2. Não	3. Não respondeu	

<b>36. COMO VOCÊ CONSEGUE SEUS ALIMENTOS (PRINCIPAL)? (Não ler as alternativas)</b>			
1. Pede para pessoas que circulam pela rua	5. Cata em lixeiras		
2. Pede em residências	6. Restaurante Popular		
3. Pede para comerciante/estabelecimento comercial	7. Programas Assistenciais (sopas, etc.)		
4. Compra com seu próprio dinheiro	8. Outro: _____		
<b>37. VOCÊ SABE LER E ESCREVER? (Não ler as alternativas)</b>			
1. Sim	2. Não	3. Só assina o nome	4. Não respondeu
<b>SE RESPONDER "2. Não", PULE PARA A QUESTÃO 39, CASO CONTRÁRIO SIGA 38</b>			
<b>38. COMPLETOU OS ESTUDOS ATÉ QUE SÉRIE/GRAU?</b>			
1. Não sabe/Não lembra	2. Nunca estudou	3. Superior completo	
<b>38.1. Série/Ano:</b> _____	<b>38.2. Grau:</b> _____	<b>Outros:</b> _____	
<b>39. ESTUDA ATUALMENTE?</b>			
1. Sim, ensino formal	3. Não estuda		
2. Sim, ensino profissionalizante	4. Não respondeu		
<b>40. TEM ALGUM PROBLEMA DE SAÚDE?</b>			
1. Sim, Cite: _____	3. Não sabe/não lembra		4. Não respondeu
2. Não			
<b>41. FAZ USO DE ALGUM MEDICAMENTO?</b>			
1. Sim	2. Não	3. Não respondeu	
<b>SE RESPONDER "2. Não", PULE PARA A QUESTÃO 43, CASO CONTRÁRIO SIGA NA QUESTÃO 42</b>			
<b>42. COMO VOCÊ CONSEGUE ESTE MEDICAMENTO (FORMA PRINCIPAL)? (Não ler as alternativas)</b>			
1. Posto/Centro de Saúde	4. Compra em outro local. Qual? _____		
2. Hospital	5. Doação de instituições ou pessoas		
3. Compra em Farmácia Popular	6. Outro: _____		
<b>43. QUANDO ESTÁ DOENTE, A QUEM PROCURA EM PRIMEIRO LUGAR? (Não ler as alternativas)</b>			
1. Hospital / Emergência	5. Parentes		
2. Posto de Saúde	6. Organizações de apoio (Igreja, Pastoral, ONG)		
3. Farmácia	7. Outro: _____		
4. Amigos	8. Não sabe / não lembra		
<b>44. ONDE VOCÊ COSTUMA TOMAR BANHO? (Não ler as alternativas)</b>			
1. Rua	4. Casa de parentes / amigos	7. Outro: _____	
2. Albergue / Abrigo	5. Casas de convivência	8. Não respondeu	
3. Banheiro público	6. Chuveiro/Chafariz de praça		
<b>45. ONDE VOCÊ COSTUMA USAR O BANHEIRO? (Não ler as alternativas)</b>			
1. Rua	4. Estabelecimento comercial	7. Outro: _____	
2. Albergue / Abrigo	5. Casa de parentes / amigos	8. Não respondeu	
3. Banheiro público	6. Casas de convivência		
<b>46. PARTICIPA DE ALGUM MOVIMENTO SOCIAL OU ASSOCIAÇÃO?</b>			
1. Sim. Qual? _____		2. Não	
<b>VOCÊ JÁ FOI IMPEDIDO DE:</b>			
47. Receber atendimento na rede de saúde		1. Sim	2. Não
48. Entrar em transporte coletivo			
49. Entrar em shopping center			
50. Entrar em outros estabelecimentos comerciais			
51. Entrar em órgãos públicos (prefeituras, correios, etc.)			
52. Entrar em bancos			
53. Tirar documentos			
54. Outro. Cite: _____			
<b>VOCÊ POSSUI OS SEGUINTES DOCUMENTOS</b>			
		1. Sim	2. Não
55. Carteira de Identidade			
56. CPF			
57. Carteira de trabalho			
58. Título de eleitor			
59. Certidão de nascimento/Casamento			
<b>60. SEXO</b>	1. Masculino	2. Feminino	
<b>61. RAÇA/COR DECLARADA (ler alternativas)</b>			
1. Branco	3. Pardo	5. Indígena	
2. Preto	4. Amarelo/Oriental		
<b>NOME DO ENTREVISTADO</b>			